Atualização Regional sobre Pobreza e Desigualdade América Latina e Caribe | ALC[1]

Outubro de 2026

Prática Global de Pobreza e Equidade

Mensagens principais

- **A pobreza caiu para um nível recorde em 2025 na América Latina e no Caribe (ALC) em meio a um ritmo mais lento de redução da pobreza e crescimento econômico modesto.** Estima-se que 24% das pessoas na ALC viviam com menos de US$ 8,30 por dia (PPC de 2021). Estima-se que esse percentual caia para 23,6% em 2026. Os vulneráveis, aqueles acima da linha de pobreza de US$ 8,30, mas vivendo com menos de US$ 17 por dia (PPC de 2021), representavam 31,4% da população em 2025.
- **A classe média continuou sendo o maior grupo da região.** A classe média, composta por pessoas que vivem com US$ 17 ou mais por dia (PPC de 2021), representava 44,5% da população em 2025 e deve chegar a 45% em 2026.
- **O crescimento por si só não determinou os resultados da pobreza, pois os países com taxas de crescimento semelhantes tiveram mudanças diferentes na pobreza.** O México e o Brasil alcançaram grandes reduções da pobreza, apesar do crescimento modesto no período de 2017–25, enquanto a República Dominicana, El Salvador e Honduras combinaram forte crescimento com reduções substanciais da pobreza, e a recente estabilização macroeconômica da Argentina apoiou um declínio da pobreza em 2025.
- **A desigualdade caiu na região e na maioria dos países, mas permaneceu alta.** O índice regional de Gini caiu de 51,3 em 2017 para 49,3 em 2025, enquanto 10 dos 16 países reduziram tanto a desigualdade quanto a pobreza no mesmo período.
- **O emprego e a renda tornaram-se o principal motor da redução da pobreza desde 2022.** Os ganhos no mercado de trabalho foram responsáveis por cerca de 76% da redução da pobreza entre 2022 e 2025, dobrando a participação comparada ao período entre 2017 e 2025 (cerca de 37%). As transferências públicas e outras rendas não laborais continuam a desempenhar um papel fundamental no aumento da renda das famílias mais pobres.
- **Uma força de trabalho mais instruída e mais velha ajudou a aumentar a renda familiar.** O aumento dos ganhos médios nem sempre se traduziu em salários mais altos para trabalhadores comparáveis. O impulso de uma força de trabalho mais instruída e demografia favorável pode desaparecer à medida que a população envelhece.
- **A redução duradoura da pobreza dependerá de empregos mais produtivos e mais bem remunerados.** Melhorar a aprendizagem e as habilidades básicas, aumentar a produtividade em setores que empregam trabalhadores de baixa renda, manter a proteção social direcionada e expandir o seguro social são prioridades.

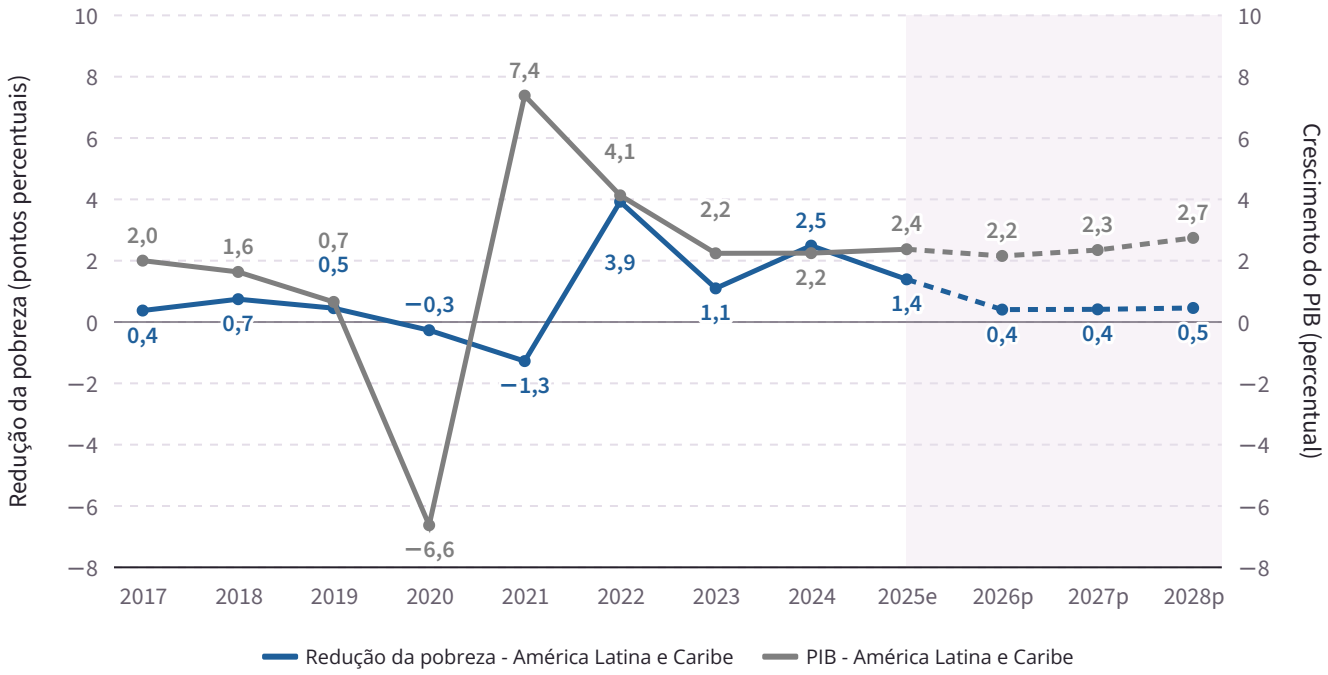
1 Esta atualização resume as principais tendências de pobreza e desigualdade na América Latina no período 2017–25, utilizando pesquisas harmonizadas da Base de Dados Socioeconômicos para a América Latina e o Caribe (SEDLAC) e a Base de Dados do Trabalho para a América Latina e o Caribe (LABLAC), criada pelo Banco Mundial e pelo *Centro de Estudios Distributivos, Laborales y Sociales* (CEDLAS; Centro de Estudos Distributivos, Trabalhistas e Sociais). Consulte o apêndice G para períodos específicos de cada país. Esta atualização foi produzida pela Prática Global de Pobreza e Equidade na Região da América Latina e Caribe do Banco Mundial. A equipe principal incluiu Luis Eduardo Castellanos Rodriguez, Hector Daniel Segura Jimenez e Diana Sanchez Castro, sob a liderança de Eduardo A. Malásquez, Lourdes Rodriguez Chamussy e a orientação de Carlos Rodriguez Castelán. A versão em português foi preparada com a colaboração de Otavio Canozzi Conceicao. O Quadro 1 foi elaborado por Isabella Contreras e Jonathan Lain. O Quadro 2 é baseado em Sandra Aguilar-Gomez, Jacobus De Hoop, Hugo Ñopo, Julian Pierino Pedrazzi e Javier Romero (*a ser publicado*). A equipe agradece a Sofia Bell por suas valiosas contribuições para a versão final do documento, bem como à equipe de Pobreza da ALC por seus comentários perspicazes. Contato: lac_stats@worldbank.org. A maioria dos dados apresentados neste resumo pode ser encontrada no Laboratório de Equidade da ALC.

1. Tendências macroeconômicas e de pobreza regionais

O PIB real na América Latina e no Caribe (ALC) cresceu 2,4% em 2025, mas o desempenho dos países variou (veja a figura 1). Apesar dos riscos negativos, incluindo preços voláteis de energia, incerteza da política comercial e os impactos do El Niño, a ALC deve crescer 2,2% em 2026. Essa projeção está em linha com a taxa de crescimento de 2,4% em 2025. Vários países estão superando a região, como a Argentina, que cresceu 4,5% em 2025, à medida que sua economia se recuperava em meio a estabilização fiscal e reformas estruturais (Banco Mundial 2026a). Na América Central, países como Nicarágua (4,9%), Costa Rica (4,5%), Panamá (4,4%), Guatemala (4,3%), El Salvador (3,9%) e Honduras (3,8%) cresceram mais rapidamente do que a média regional. Entre os exportadores de commodities, o crescimento foi forte na Guiana (19,3%), Paraguai (6,6%) e Peru (3,4%). Em contraste, as maiores economias da ALC, Brasil (2,3% em 2025) e México (0,5%), cresceram abaixo da média regional em meio a condições monetárias apertadas, incerteza de políticas e impulsos de investimento público em declínio (Banco Mundial 2026a).

Figura 1. A redução da pobreza na ALC desacelerou em 2025

Redução da pobreza e crescimento do PIB na ALC, 2017–28



Fontes: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial) e Macro Poverty Outlook do Banco Mundial (edição das Reuniões Anuais 2026).

Observação: Dados sobre a pobreza na ALC com base em 18 países da América Latina e do Caribe: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. Nos casos em que não havia dados disponíveis, os valores foram estimados por meio de microssimulações e, em seguida, agrupados para criar estimativas regionais. A redução da pobreza é calculada como a variação anual na taxa de pobreza, multiplicada por -1, usando a linha de pobreza de renda média alta de US$ 8,30 por dia, com PPC de 2021. Valores positivos indicam redução da pobreza. e = estimativa; p = previsão; PPC = paridade de poder de compra.

A pobreza atingiu um mínimo recorde de 24% em 2025[2], medido pela linha de pobreza de renda média alta de US$ 8,30 por dia por pessoa (em termos de paridade do poder de compra em dólares americanos de 2021).[3] A pobreza diminuiu 1,4 ponto percentual (p.p.) em 2025, de 25,4% em 2024. A renda de trabalho representou, em média, 69,4% do crescimento da renda familiar per capita entre 2022 e 2025; transferências,

2 A redução da pobreza de 33% em 2017 para 24% em 2025 corresponde a cerca de 41 milhões a menos de pessoas vivendo na pobreza na região.

3 Os limites de renda para a ALC são os seguintes: pobres (menos de US$ 8,30 por dia, PPC de 2021); vulneráveis (US$ 8,30 por dia a US$ 17 por dia); classe média e acima (US$ 17 por dia ou mais) (Banco Mundial 2025).

aposentadorias e outras rendas não laborais representaram o restante (30,6%). Mais empregos e rendimentos reais mais altos sustentaram esses ganhos. Entre 2017 e 2025, uma força de trabalho mais instruída e mais velha elevou a renda média do trabalho, mesmo onde o salário de trabalhadores comparáveis não aumentou.

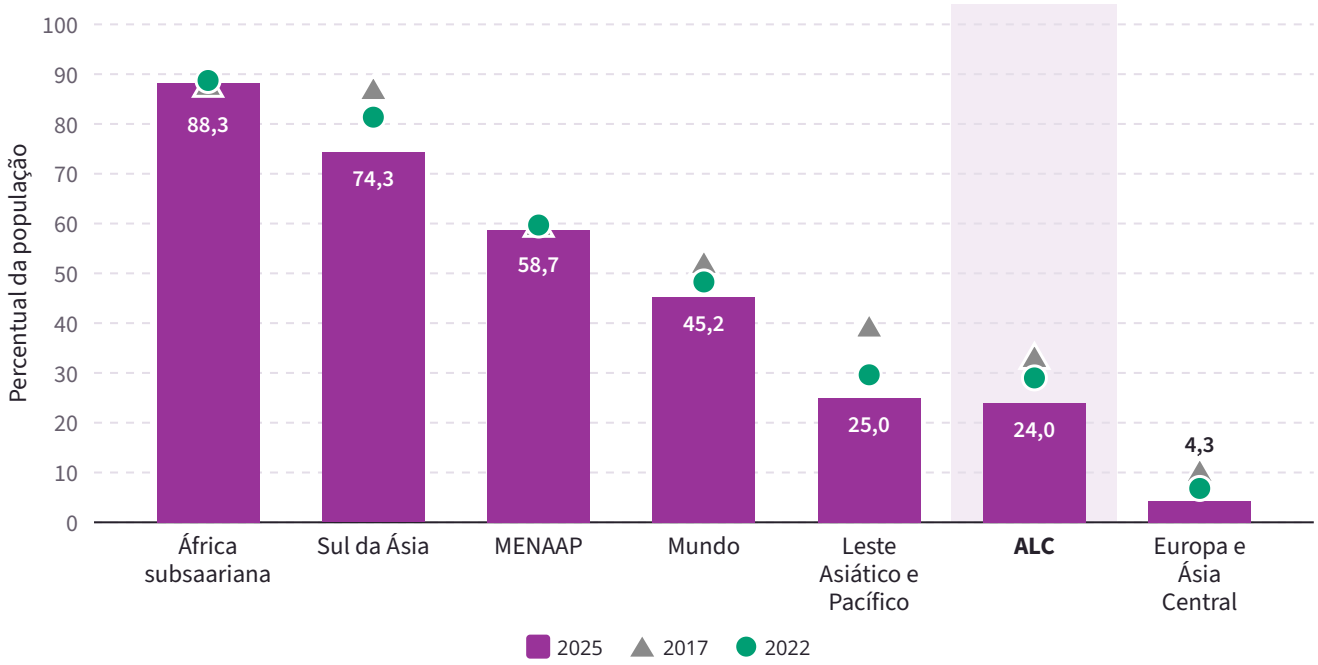
A pobreza deve continuar diminuindo em 2026, embora em um ritmo mais lento. Espera-se que chegue a 23,6%, 0,4 p.p. abaixo da estimativa de 2025 (veja a figura 1), refletindo um crescimento modesto do PIB regional, projetado em 2,2% em 2026 (Banco Mundial 2026a). Investimentos fracos e altos custos de empréstimos podem restringir a criação de empregos e o crescimento dos rendimentos, enquanto o espaço fiscal limitado sob altos encargos de dívida e juros restringirá o apoio às famílias vulneráveis (Banco Mundial 2026b). O alto índice de informalidade (especialmente no trabalho autônomo de pequena escala), o fraco crescimento da produtividade e os ganhos limitados de rendimentos nos grupos de educação aumentam essas pressões (Banco Mundial 2026b).

2. Redução da pobreza, expansão da classe média e vulnerabilidade persistente

A região da ALC tem a segunda menor taxa de pobreza entre as regiões em desenvolvimento, mas o Leste Asiático e Pacífico quase a alcançou. Apenas a região da Europa e Ásia Central teve uma taxa menor, de 4,3% em 2025 (veja a figura 2). A taxa do Leste Asiático e Pacífico caiu de 38,7% em 2017, quando a taxa da ALC era de 32,6%, para 25,0% em 2025, um pouco acima da taxa de 24,0% da ALC no mesmo ano.[4] No mesmo período, o crescimento médio do PIB no Leste Asiático e Pacífico foi de 5,2% ao ano, em comparação com 1,8% na ALC. Essa lacuna de crescimento explica em parte o ritmo mais acelerado de redução da pobreza no Leste Asiático e Pacífico. Entre os países da ALC, taxas semelhantes de crescimento do PIB foram acompanhadas por diferentes resultados de pobreza (consulte o apêndice A), sugerindo que a forma como a renda chega às famílias é importante junto com o crescimento agregado.

Figura 2. A ALC tem a segunda menor taxa regional de pobreza

Taxa de pobreza, US$ 8,30 por dia (PPC de 2021), por região do mundo, anos selecionados, 2017–25



Fontes: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial) e Plataforma de Pobreza e Desigualdade do Banco Mundial (PIP).

Observação: Agregado da América Latina e do Caribe com base em 18 países com microdados da SEDLAC disponíveis. Nos casos em que não havia dados disponíveis, os valores foram estimados por meio de microssimulações e, em seguida, agrupados para criar estimativas regionais. MENAAP: Oriente Médio, Norte da África, Afeganistão e Paquistão. Para regiões fora da ALC, os valores de 2025 são estimados pelo modelo de nowcasting do PIP.

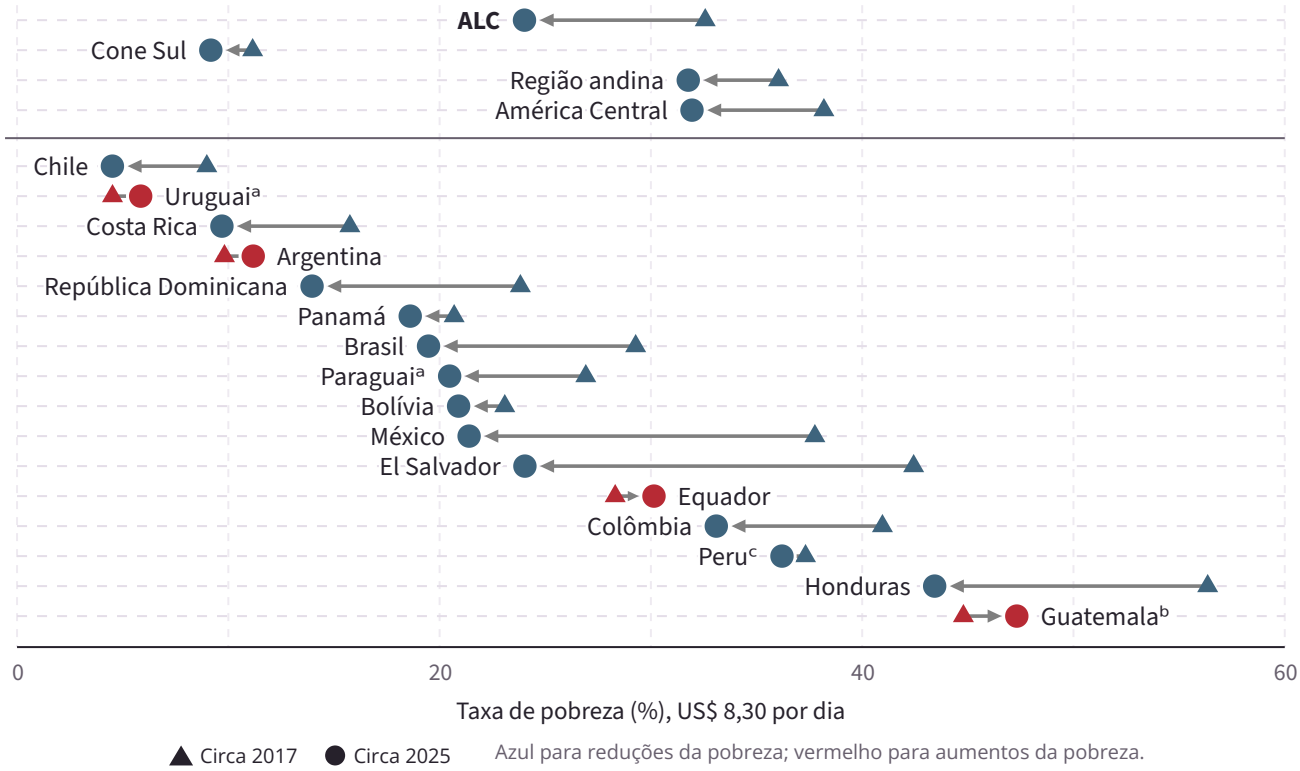
A redução da pobreza entre 2017 e 2025 variou entre os países da ALC. De 2017 a 2025, a pobreza caiu 18,4 pontos percentuais em El Salvador, 16,4 pontos percentuais no México, 13,0 pontos percentuais em Honduras e 9,8 pontos percentuais na República Dominicana, em comparação com mais de 8 pontos percentuais em toda a região (veja a figura 3). Apesar do progresso, a pobreza em Honduras permaneceu acima de 40% em 2025. A pobreza também caiu na Costa Rica (6 p.p.), embora abaixo da média regional. O Peru registrou uma redução modesta de 1,1 ponto percentual. A tendência foi menos favorável na Guatemala, Argentina, Equador e Uruguai, que não registraram um declínio líquido na pobreza no período 2017–25. No entanto, durante o período 2022–2025, a pobreza diminuiu na Argentina, no Equador e no Uruguai

4 O agregado da ALC é baseado em 18 países da região para os quais os microdados da SEDLAC estão disponíveis. Nos casos em que não havia dados disponíveis, os valores foram estimados por meio de microssimulações e, em seguida, agrupados para criar estimativas regionais.

(consulte o apêndice B). A Guatemala não pôde ser avaliada nesse período mais curto porque sua última pesquisa é de 2023.

Figura 3. A pobreza caiu em 12 dos 16 países da ALC entre circa 2017 e circa 2025, mas em ritmos diferentes

Variação da pobreza entre circa 2017 e circa 2025



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: Agregado da ALC baseado em 18 países com microdados SEDLAC disponíveis. Estas são estimativas harmonizadas do Banco Mundial e não correspondem aos números nacionais oficiais. Nos casos em que não havia dados disponíveis, os valores foram estimados por meio de microssimulações e, em seguida, agrupados para criar estimativas regionais. Região andina: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru. América Central: Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá. Cone Sul: Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai. ECH = Pesquisa Domiciliar Contínua do Uruguai (sigla em espanhol); EPHC = Pesquisa Domiciliar Permanente Contínua do Paraguai (sigla em espanhol).

a. As séries do Paraguai e do Uruguai não são estritamente comparáveis entre 2017 e 2025. A pesquisa ECH do Uruguai tornou-se um painel rotativo em 2022; as estimativas do Paraguai para 2022 em diante são baseadas na EPHC revisada, que usa uma nova base de amostragem e fatores de expansão derivados do Censo Populacional de 2022, juntamente com uma avaliação revisada de transferências em espécie (*Hambre Cero*). Os agregados que dependem de totais expandidos, como a massa salarial e a população em idade ativa, não são comparáveis entre 2017 e anos posteriores. As alterações nas taxas e nos indicadores distributivos de 2017 a 2025 devem ser interpretadas com cautela.

b. Os dados para a Guatemala usam 2014 como ano-base e 2023 como último ano, as duas pesquisas mais recentes disponíveis na SEDLAC.

c. No Peru, a estimativa nacional oficial de pobreza é baseada no consumo; os resultados apresentados aqui são baseados na harmonização do CEDLAS e do Banco Mundial baseada na renda.

Mais latino-americanos ingressaram na classe média, enquanto um em cada três permanece vulnerável a cair na pobreza

A classe média da ALC continuou se expandindo em 2025. A parcela de latino-americanos classificados como de classe média subiu de 34,4% em 2021 para 44,5% em 2025 e deve aumentar ainda mais para 45% em 2026 (veja a figura 4).[5] O limite de renda que separa a vulnerabilidade da condição de classe média é estimado em US$ 17 por pessoa, por dia (PPC de 2021), com base em dados de painel domiciliar usados para avaliar o risco de cair na pobreza (Banco Mundial 2025).

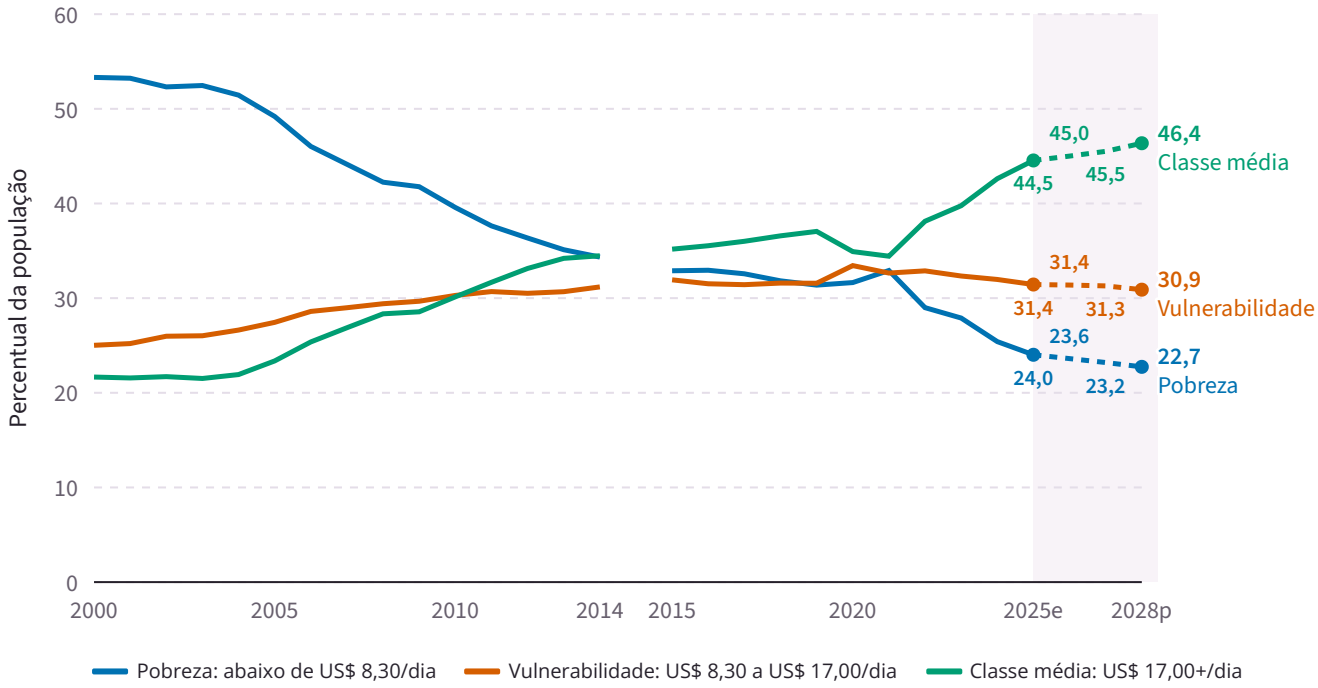
A parcela da população da região vulnerável à pobreza permaneceu perto de um terço desde 2010. À medida que a distribuição de renda muda para rendas mais altas, os movimentos da pobreza para a vulnerabilidade e da vulnerabilidade para a classe média podem manter essa parcela amplamente estável, sem implicar que os mesmos indivíduos permaneçam vulneráveis ao longo do tempo. Em 2025, a pobreza e a vulnerabilidade juntas representavam 55,4% da população. Em 2026, a pobreza deve cair para 23,6% e a

5 Devido a mudanças metodológicas na pesquisa domiciliar oficial do México em 2016, há uma quebra no agregado da ALC-18.

classe média deve crescer para 45,0%. No entanto, espera-se que a parcela de vulneráveis permaneça praticamente inalterada em 31,4%, destacando o desafio de traduzir a redução da pobreza em maior segurança econômica.

Figura 4. A pobreza atingiu mínimos históricos em 2025, à medida que a classe média continuou se expandindo

Tendências da pobreza, da vulnerabilidade e da classe média na ALC, 2000–28 (PPC de 2021)



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: O agregado da ALC é baseado em 18 países da América Latina e do Caribe com microdados SEDLAC disponíveis. Quando não havia dados disponíveis, os valores eram estimados por meio de microssimulações e, em seguida, agrupados para criar estimativas regionais. Devido a mudanças metodológicas na pesquisa domiciliar oficial do México em 2016, há uma quebra no agregado da ALC-18.

3. Perfil socioeconômico

As crianças continuam desproporcionalmente representadas entre os pobres. Em 2025, as crianças menores de 15 anos representavam 36% dos pobres, em comparação com 22% da população total. As pessoas com idades entre 15 e 64 anos representavam 58% dos pobres contra 67% do total da população, e aquelas com 65 anos ou mais, 6% contra 11% (consulte a tabela 1). Por outro lado, as crianças representavam apenas 13% da classe média e os adultos mais velhos 16%.

O nível de escolaridade melhorou entre os grupos de renda, mas ainda existem lacunas. Em 2025, 67% dos pobres tinham baixo nível de escolaridade, em comparação com 47% da população total (consulte a tabela 1). Entre 2017 e 2025, essa parcela caiu 5,2 p.p. entre os pobres, mas 7,4 p.p. no geral, ampliando a diferença. Os ganhos educacionais proporcionam a base necessária para a mobilidade econômica, mas, por si só, não são suficientes para garantir rendas mais altas e estáveis.

O emprego informal continua generalizado entre os trabalhadores pobres, limitando seu acesso a ganhos seguros e à proteção social baseada no emprego. Quase 75% dos trabalhadores pobres tinham empregos informais em 2025, em comparação com 46% de todos os trabalhadores (consulte a tabela 1). Essas proporções eram de 55% entre os trabalhadores vulneráveis e 33% entre os trabalhadores de classe média. Entre 2017 e 2025, a informalidade aumentou entre os trabalhadores pobres e vulneráveis e permaneceu amplamente estável entre os trabalhadores de classe média, mas em geral diminuiu devido a um efeito de composição.

O emprego assalariado continua sendo substancialmente menos comum entre os pobres do que na população em geral. Em 2025, os trabalhadores assalariados representavam 40% dos trabalhadores pobres, em comparação com 62% da população total (consulte a tabela 1). Entre 2017 e 2025, a proporção de indivíduos economicamente ativos que estavam desempregados ou envolvidos em trabalho não remunerado diminuiu em todos os grupos de renda. No entanto, os ganhos no emprego assalariado ocorreram apenas entre a classe média, onde a parcela de trabalhadores assalariados aumentou de 67% para 69%. Por outro lado, a parcela permaneceu praticamente inalterada entre os vulneráveis e diminuiu ligeiramente entre os pobres, de 41,0% para 40,4%. O trabalho autônomo manteve-se ligeiramente mais prevalente entre os pobres, embora sua participação tenha aumentado em todos os grupos de renda durante o período (consulte a tabela 1).

Tabela 1. Crianças e trabalhadores informais estão sobrerrepresentados entre os pobres

Característica	Categoria	População total		Pobres (abaixo de US$ 8,30/dia) Percentual de cada grupo		Vulneráveis (US$ 8,30-US$ 17,00/dia) Percentual de cada grupo		Classe média (US$ 17,00+/dia) Percentual de cada grupo	
		Circa 2017	Circa 2025	Circa 2017	Circa 2025	Circa 2017	Circa 2025	Circa 2017	Circa 2025
Grupos etários	0-14	25,1	22,3	36,9	36,2	25,6	25,1	14,3	13,0
	15-64	66,2	66,6	58,3	58,2	67,2	66,2	72,3	71,5
	65+	8,7	11,0	4,8	5,7	7,3	8,7	13,3	15,5
Escolaridade	Baixa	54,4	47,0	72,5	67,3	56,2	51,9	37,3	33,2
	Média	33,2	37,1	25,4	29,8	37,2	40,3	36,5	38,6
	Alta	12,3	15,9	2,1	2,9	6,6	7,7	26,2	28,2
Informalidade	Trabalhadores formais	51,5	54,1	27,6	25,2	47,5	45,0	67,0	67,2
	Trabalhadores informais	48,5	45,9	72,4	74,8	52,5	55,0	33,0	32,8
Tipo de ocupação	Empregador	5,0	4,8	4,6	5,0	3,4	3,4	6,3	5,5
	Trabalhador assalariado	58,6	61,9	41,0	40,4	61,2	61,4	66,9	68,8
	Trabalhador por conta própria	23,6	24,3	29,7	33,1	23,0	24,9	20,6	21,3
	Desempregado ou não remunerado	12,8	9,0	24,6	21,5	12,4	10,2	6,2	4,4

Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: Agregado da ALC baseado em 18 países da América Latina e do Caribe com microdados disponíveis. Nos casos em que não havia dados disponíveis, os valores foram estimados por meio de microssimulações e, em seguida, agrupados para criar estimativas regionais. As categorias de escolaridade abrangem toda a população. Baixa escolaridade: 0 a 8 anos de ensino completo; escolaridade média: 9 a 13 anos de ensino completo; escolaridade alta: 14 ou mais anos de ensino completo. A informalidade é medida como a parcela de trabalhadores que não contribuem com o sistema previdenciário.

Quadro 1. Emprego e qualidade do emprego no Caribe

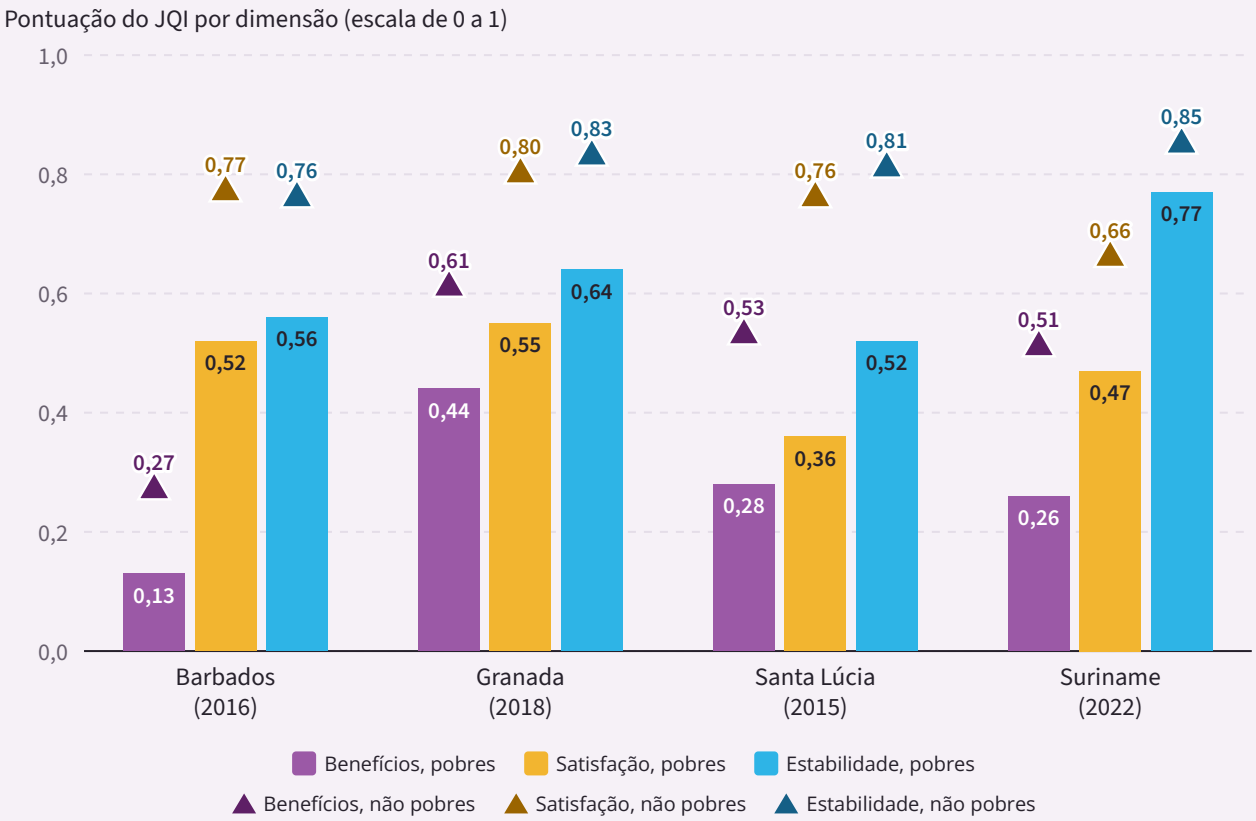
Os dados recém-harmonizados da pesquisa domiciliar da CONLAC possibilitam examinar a relação entre pobreza e emprego em cinco países do Caribe[6]**.** Assim como no resto da região, o emprego está intimamente ligado à saída da pobreza. O desemprego é nitidamente maior nas famílias pobres: a parcela de pessoas em idade ativa que estão desempregadas é de 19,5% entre os pobres em Barbados e de 24,7% entre os pobres em Santa Lúcia.

Muitas pessoas pobres estão trabalhando, mas se envolvem em empregos de qualidade inferior. Nas famílias pobres, a proporção de pessoas em idade ativa empregadas varia de 28,2% em Santa Lúcia a 47,8% na Jamaica. O Índice de Qualidade do Trabalho (JQI, na sigla em inglês)[7] ajuda a explicar essa pobreza no trabalho, medindo os benefícios, a satisfação e a estabilidade associados ao trabalho das pessoas. A qualidade do emprego é significativamente menor para as pessoas em famílias pobres, em todas as três dimensões e em todos os quatro países (ver figura B1.1). A lacuna é maior para os benefícios. Em Barbados, Santa Lúcia e Suriname, as pessoas em famílias pobres têm cerca de metade da pontuação em benefícios que as pessoas em famílias não pobres, o que reflete o acesso limitado ao seguro-saúde e às pensões que acompanham os empregos formais.

6 O Banco Mundial harmonizou os dados da pesquisa domiciliar de seis países do Caribe, cinco dos quais têm informações sobre o consumo e o emprego das famílias: Barbados, Granada, Jamaica, Santa Lúcia e Suriname. A análise não abrange o Haiti.

7 O JQI é baseado em Hovhannisyan et al. (2022) e rastreia quatro dimensões principais: renda, benefícios (com base em seguro-saúde ou benefícios de aposentadoria), satisfação (com base em ter ou não um segundo emprego) e estabilidade (com base na posse e em acordos contratuais). Satisfação refere-se a se o trabalhador está satisfeito com seu trabalho. A satisfação no trabalho é provavelmente menor entre os trabalhadores com dois empregos, atribuindo-lhes um valor zero para essa dimensão. A análise se concentra nos benefícios, satisfação e estabilidade, porque o bem-estar é medido usando o consumo e não a renda nos países caribenhos selecionados, de modo que os dados de renda são menos abrangentes e confiáveis.

Figura B1.1. A qualidade do emprego é mais baixa entre as pessoas em famílias pobres em alguns países do Caribe



Observação: A pobreza é medida pela linha de pobreza de renda média alta de US$ 8,30 per capita (PPC de 2021). Devido a limitações de dados, a dimensão estabilidade no emprego não leva em consideração a permanência do emprego em Granada e Santa Lúcia. Em Santa Lúcia, a dimensão dos benefícios trabalhistas não leva em consideração o seguro-saúde. A satisfação no trabalho é definida pela ausência de um segundo emprego.
Fonte: CONLAC e estimativas do Banco Mundial.

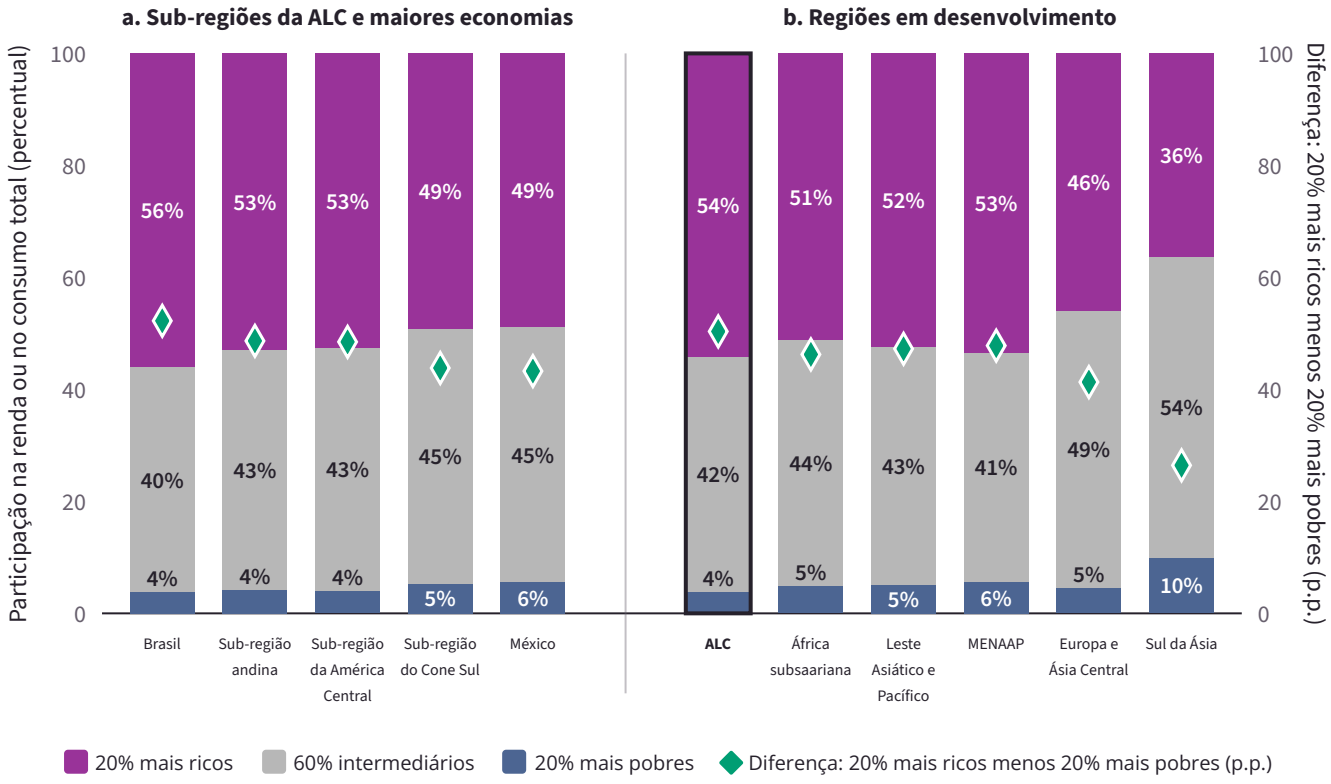
Os trabalhadores pobres também têm maior probabilidade de ter um segundo emprego e trabalhar em arranjos menos seguros. Ter vários empregos ainda os deixa na pobreza, o que aponta para baixa produtividade e ganhos. A baixa estabilidade no emprego deixa as famílias pobres mais expostas a choques, uma preocupação premente em uma sub-região cada vez mais afetada por desastres relacionados ao clima. Expandir o acesso a empregos mais produtivos, formais e seguros é fundamental para a redução sustentada da pobreza no Caribe, assim como em toda a ALC.

4. A desigualdade caiu, mas permaneceu alta

A desigualdade caiu entre 2017 e 2025, mas a ALC continua sendo uma das regiões mais desiguais do mundo (ver figura 5).[8] O índice regional de Gini caiu de cerca de 51 para 49 (veja a figura 6), ainda acima do limite de 40 pontos do Banco Mundial para alta desigualdade (Banco Mundial 2026b). Em 2025, os 20% mais ricos receberam 54% da renda total, enquanto os 20% mais pobres receberam apenas 4%. A desigualdade aumentou na Colômbia, Equador, El Salvador, Argentina e Uruguai. Na Argentina, a inflação, que permaneceu elevada até 2024, prejudicou desproporcionalmente as famílias mais pobres, ampliando a lacuna de renda antes da estabilização de 2025 e do declínio da pobreza. Na Colômbia, os ganhos aumentaram em toda a distribuição salarial, mas mais fortemente entre os trabalhadores mais bem pagos. Em El Salvador, um forte crescimento, o aumento das remessas internacionais e uma redução substancial da pobreza coincidiram com o aumento da desigualdade (Banco Mundial 2026a). As remessas internacionais representaram mais de 27,5% do PIB de El Salvador em 2025 (Banco Mundial 2026c), e 24,2% das famílias receberam remessas. Com o aumento dos fluxos de remessas após a pandemia, a renda não laboral das famílias beneficiárias cresceu em relação àquela das famílias mais pobres e não beneficiárias, ampliando as diferenças de renda. O pequeno aumento do Uruguai deve ser interpretado com cautela, dada a interrupção em sua série de pesquisas.

Figura 5. A ALC continua entre as regiões mais desiguais do mundo

Distribuição da renda (participação) dentro da ALC e da ALC em comparação com outras regiões, circa 2025



Fontes: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial) e Plataforma de Pobreza e Desigualdade (PIP).

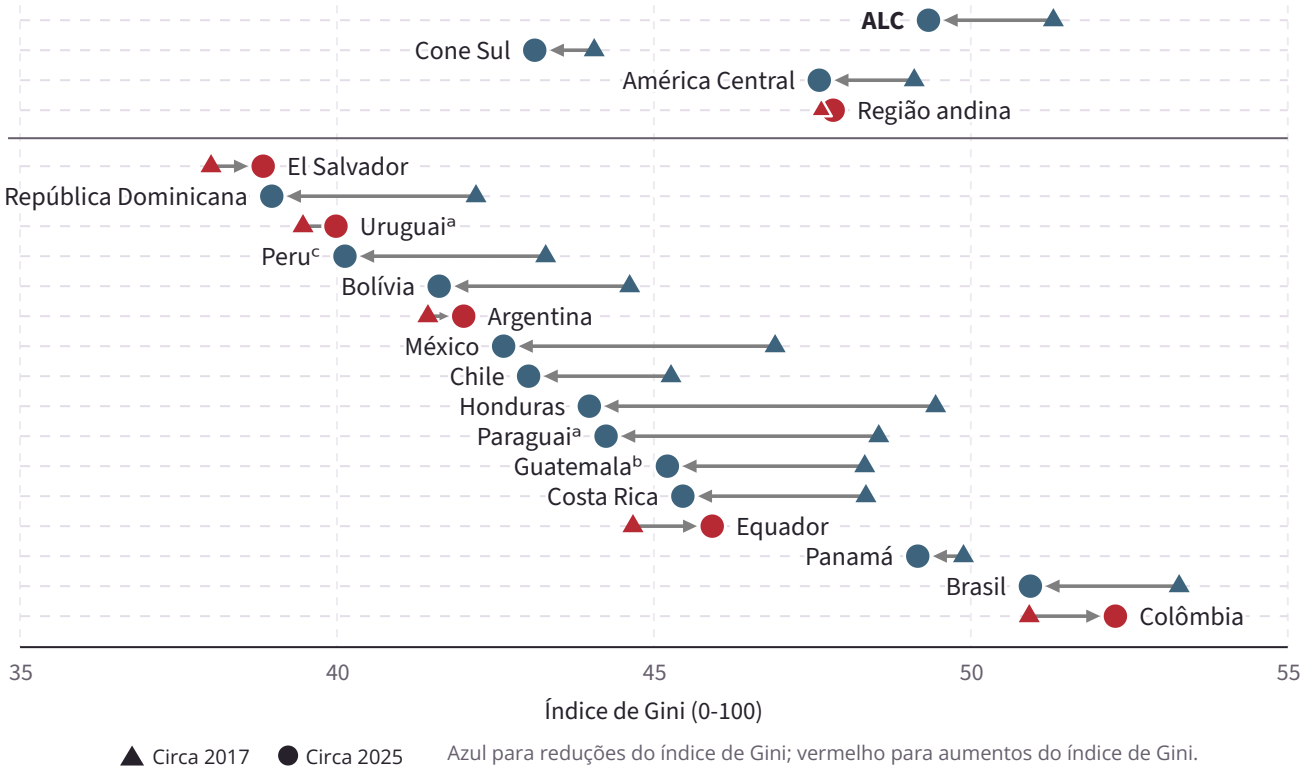
Observação: Os percentuais são baseados na renda (ALC) ou no consumo (regiões fora da ALC). A barra da ALC é um agregado conjunto de 18 países da América Latina e do Caribe com microdados da SEDLAC disponíveis, enquanto as barras regionais não pertencentes à ALC são médias simples das participações em nível de país. MENAAP: Oriente Médio, Norte da África, Afeganistão e Paquistão. Sub-região andina: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru. Sub-região da América Central: Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá. Sub-região do Cone Sul: Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai. Quando não há dados disponíveis, os valores são estimados usando microssimulações antes da agregação regional. Os dados de 2025 do Brasil são preliminares. Para o México, 2024 é o ano mais recente disponível.

8 As comparações internacionais merecem cautela porque a ALC mede a desigualdade usando a renda, enquanto a maioria das outras regiões usa o consumo, que normalmente produz estimativas de desigualdade mais baixas.

A pobreza caiu na maioria dos países, mas nem sempre acompanhada de uma menor desigualdade. De 2017 a 2025, 10 dos 16 países registraram queda tanto na pobreza quanto na desigualdade. De 2022 a 2025, a pobreza caiu em 14 dos 15 países e a desigualdade em 9 deles (consultar o apêndice C). Honduras e México combinaram algumas das maiores quedas da pobreza com reduções no índice de Gini. Em contraste, a Colômbia experimentou um declínio mais modesto da pobreza com um aumento da desigualdade. Na Guatemala, a pobreza aumentou mesmo com a queda do índice de Gini.

Figura 6. A desigualdade caiu na ALC e na maioria dos países da região

Variação do índice de Gini entre circa 2017 e circa 2025



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: Agregado da ALC baseado em 18 países da América Latina e do Caribe com microdados da SEDLAC disponíveis. Estas são estimativas harmonizadas do Banco Mundial e não correspondem aos números nacionais oficiais. Nos casos em que não havia dados disponíveis, os valores foram estimados por meio de microssimulações e, em seguida, agrupados para criar estimativas regionais. Sub-região andina: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru. Sub-região da América Central: Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá. Sub-região do Cone Sul: Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai. ECH = Pesquisa Domiciliar Contínua do Uruguai (sigla em espanhol); EPHC = Pesquisa Domiciliar Permanente Contínua do Paraguai (sigla em espanhol).

a. As séries do Paraguai e do Uruguai não são estritamente comparáveis entre 2017 e 2025. A pesquisa ECH do Uruguai tornou-se um painel rotativo em 2022; as estimativas do Paraguai para 2022 em diante são baseadas na EPHC revisada, que usa uma nova base de amostragem e fatores de expansão derivados do Censo Populacional de 2022, juntamente com uma avaliação revisada de transferências em espécie (*Hambre Cero*). Os agregados que dependem de totais expandidos, como a massa salarial e a população em idade ativa, não são comparáveis entre 2017 e anos posteriores. As alterações nas taxas e nos indicadores distributivos de 2017 a 2025 devem ser interpretadas com cautela.

b. Os dados para a Guatemala usam 2014 como ano-base e 2023 como último ano, as duas pesquisas mais recentes disponíveis na SEDLAC.

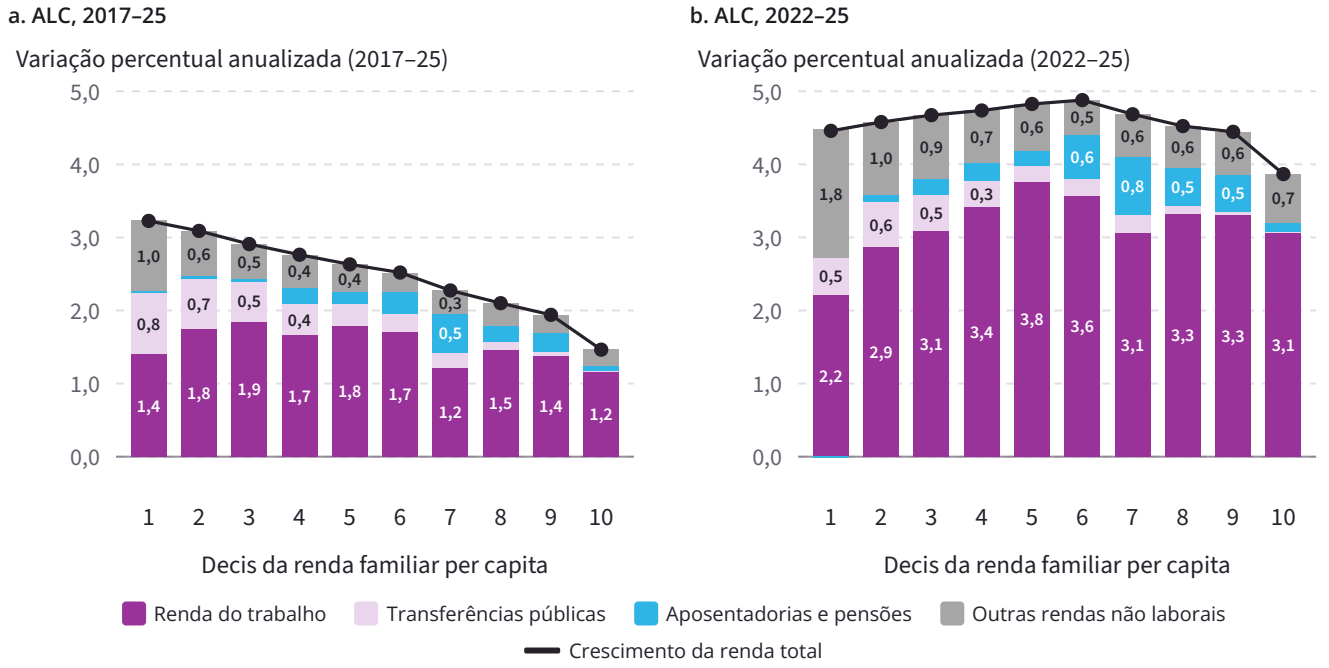
c. No Peru, as estimativas oficiais são baseadas no consumo; os resultados apresentados aqui são baseados na harmonização do CEDLAS e do Banco Mundial baseada na renda.

A distribuição e as fontes de crescimento da renda

A renda cresceu mais rapidamente para as famílias mais pobres durante o período de 2017–2025, ajudando a reduzir a pobreza e a desigualdade regional. A renda per capita anualizada aumentou cerca de 3,2% no decil mais pobre, em comparação com 1,5% no decil mais rico (veja a figura 7). Esse padrão foi impulsionado principalmente pela renda do trabalho, uma vez que contribuiu entre 1,2 e 1,9 p.p. em todos os decis, enquanto as transferências públicas e outras rendas não laborais adicionaram aproximadamente 1,8 p.p. no decil mais pobre, mas apenas cerca de 0,3 p.p. no decil mais rico. Outras rendas não laborais, incluindo transferências privadas, aluguel imputado, renda de capital e outras rendas não classificáveis não laborais, contribuíram com uma média de 0,4 p.p. em todos os decis.

Desde 2022, a renda do trabalho tem impulsionado um crescimento da renda mais rápido e distribuído de maneira mais uniforme (veja a figura 7). Nesse período, a renda per capita anualizada cresceu entre 3,9% e 4,9% entre os decis, com os maiores ganhos em torno do meio da distribuição (4,8% no quinto decil e 4,9% no sexto). Diferentemente do período total de 2017–2025, no entanto, o decil mais pobre (4,5%) não cresceu mais rápido do que o médio. A contribuição de outras rendas não laborais também aumentou, dobrando para uma média de 0,8 p.p. em todos os decis. A importância desse componente aumentou, especialmente no decil mais pobre, onde sua participação no crescimento total da renda aumentou de 30% em 2017–2025 para 38% em 2022–2025.

Figura 7. A renda proveniente do trabalho impulsionou um crescimento da renda mais rápido e distribuído de maneira mais uniforme após 2022



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

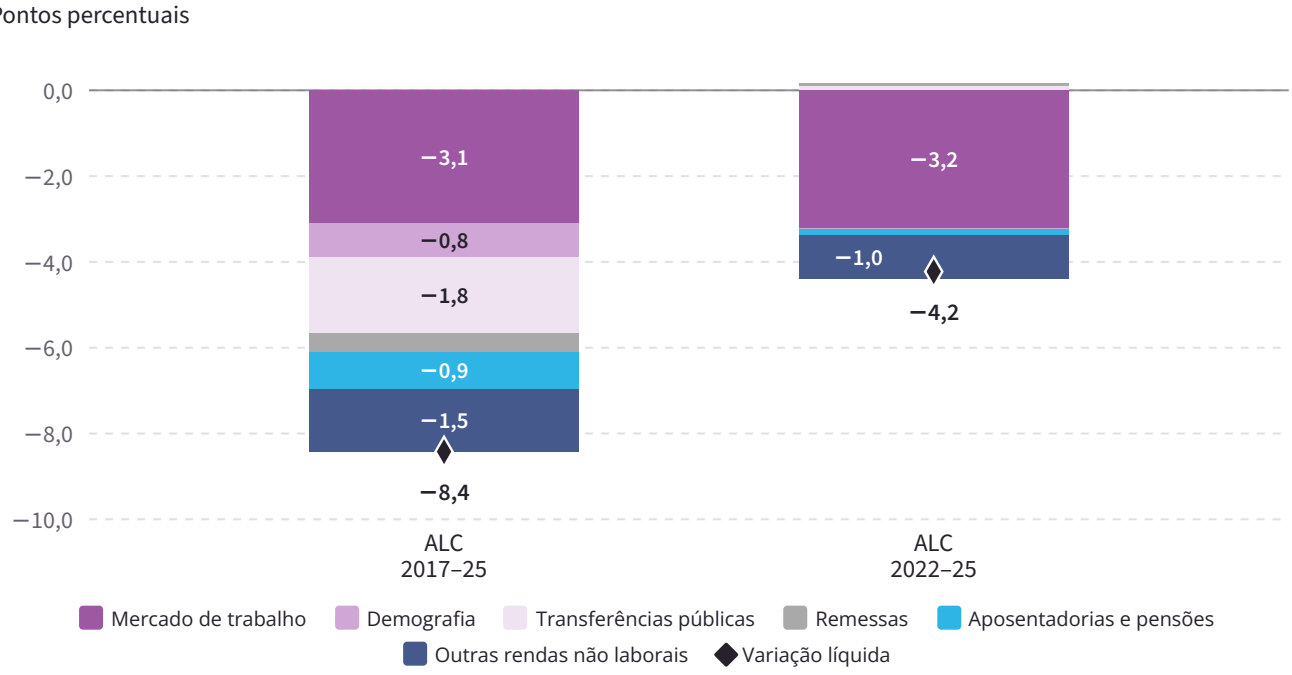
Observação: Agregado da ALC baseado em 18 países da América Latina e do Caribe com microdados disponíveis. Nos casos em que não havia dados disponíveis, os valores foram estimados por meio de microssimulações e, em seguida, agrupados para criar estimativas regionais. As taxas de crescimento da renda do trabalho e não do trabalho são ponderadas pela participação de cada componente na renda total; portanto, elas representam contribuições para o crescimento total da renda, e não taxas de crescimento isoladas para cada componente. Outras rendas não laborais incluem componentes como transferências privadas, aluguel imputado, renda de capital e outras rendas não classificáveis não laborais.

5. Determinantes das mudanças na pobreza

Os ganhos do mercado de trabalho foram o principal contribuinte individual para a redução da pobreza na ALC, e sua importância relativa aumentou após 2022. Durante o período de 2017 a 2025, as mudanças no emprego e na renda de trabalho foram responsáveis por cerca de 37% da queda da pobreza de 8,4 pontos percentuais na região (consulte a figura 8),[9] enquanto as fontes de renda não laborais juntas (transferências públicas, aposentadorias e pensões, remessas e outras rendas não laborais) responderam por mais de 53%, lideradas por transferências públicas. A mudança demográfica contribuiu com os 9% restantes (com as mulheres contribuindo de maneira significativa para a redução da pobreza, veja o quadro 2). Em contraste, durante o período de 2022 a 2025, a parcela atribuída ao mercado de trabalho dobrou, atingindo cerca de 76% da queda de 4,2 p.p. na pobreza. Em termos absolutos, os ganhos do mercado de trabalho ao longo desses três anos foram tão grandes quanto aqueles verificados durante todo o período de 2017–25, sugerindo que as perdas no mercado de trabalho de 2017 a 2022 – um período que incluiu a pandemia de Covid-19 – foram recuperadas posteriormente. A renda não laboral contribuiu com cerca de 24% para a redução da pobreza, principalmente por meio de outras rendas não laborais. A mudança demográfica representou menos de 1%.

Figura 8. As mudanças no mercado de trabalho impulsionaram a redução da pobreza na ALC, especialmente após 2022

Determinantes das mudanças na pobreza, ALC, circa 2017–25 e 2022–25



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: O agregado da ALC é baseado em 16 países da América Latina e do Caribe com microdados disponíveis; Nicarágua e Haiti não estão incluídos. A Nicarágua está excluída porque sua pesquisa domiciliar mais recente é de 2014. As estimativas para anos posteriores são baseadas em um modelo preditivo e não são adequadas para decomposição. A Guatemala está excluída do período 2022–2025 devido à indisponibilidade de dados. O termo "Mercado de trabalho" inclui a renda do trabalho e a parcela de pessoas empregadas, e "Outras rendas não laborais" inclui renda de capital, aluguéis, transferências internas monetárias e não monetárias, aluguel imputado e outras rendas não classificáveis não laborais.

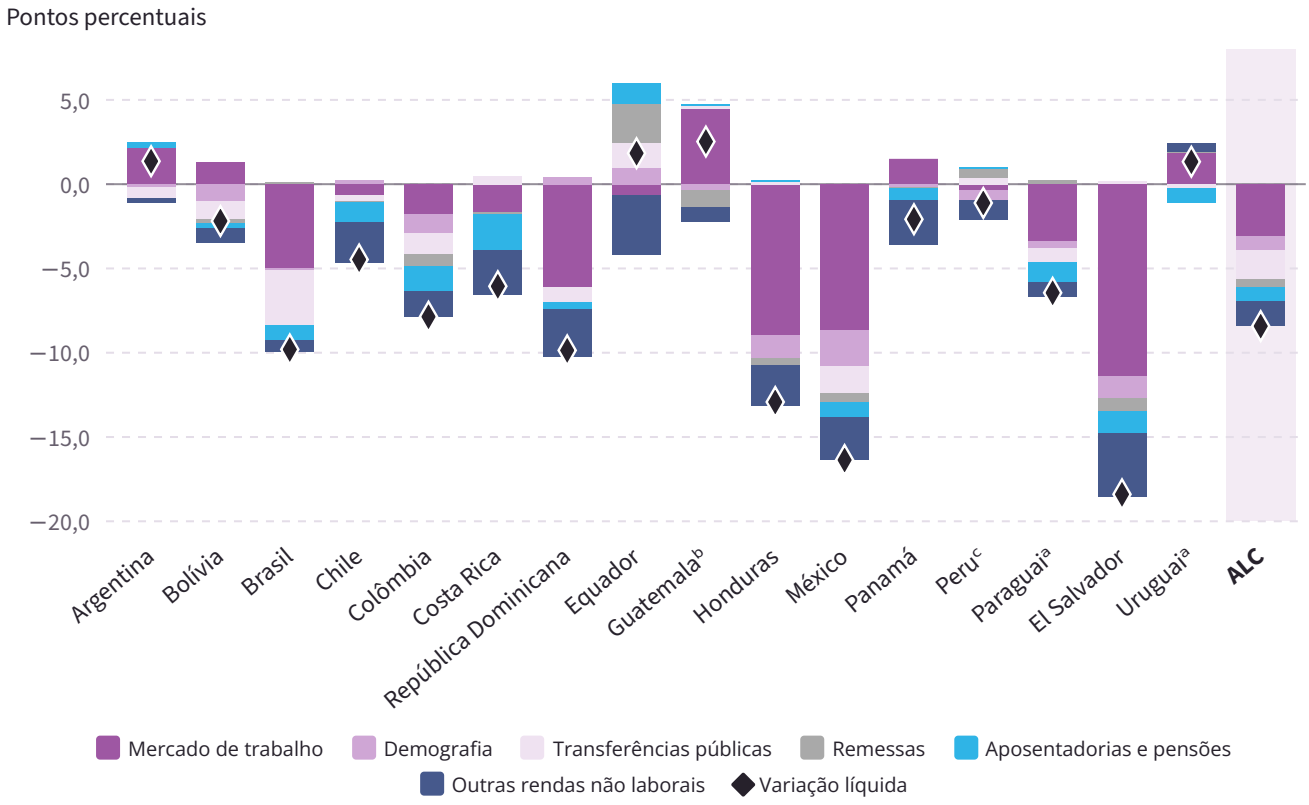
Em nível nacional, os ganhos do mercado de trabalho foram o principal fator da redução da pobreza na maioria dos países, mas as diferenças entre os países foram significativas. De 2017 a 2025, os ganhos no mercado de trabalho foram responsáveis pela maior parte da redução da pobreza nos países com os maiores

9 Para essa decomposição, o agregado da ALC é baseado em 16 países com microdados disponíveis.

declínios (El Salvador, México, Honduras e República Dominicana), bem como no Brasil e no Paraguai (ver figura 9). No Chile, Colômbia, Costa Rica e Peru, a redução da pobreza foi impulsionada principalmente pela renda não laboral e por mudanças demográficas, com as aposentadorias contribuindo notavelmente para os declínios na Colômbia e na Costa Rica. Onde os mercados de trabalho vacilaram, o progresso estagnou. Por exemplo, a pobreza aumentou na Argentina, Guatemala e Uruguai, enquanto na Bolívia e no Panamá a renda não laboral mais do que compensou as perdas no mercado de trabalho. Entre 2022 e 2025, os ganhos do mercado de trabalho impulsionaram a redução da pobreza na maioria dos países, sendo responsáveis pela maior parte do declínio em Honduras, Colômbia, Brasil, México, Paraguai e República Dominicana, enquanto a renda não laboral foi responsável por mais de 40% do declínio em El Salvador e Costa Rica (consulte o apêndice D). A pobreza aumentou na Bolívia entre 2022 e 2025, onde as mudanças no mercado de trabalho (uma combinação de mudanças na renda real do trabalho e no emprego) a impulsionaram para cima. Essas diferenças entre os países revelam a importância de diagnósticos específicos de cada país sobre os fatores impulsionadores e a sustentabilidade da redução da pobreza.

Figura 9. As mudanças no mercado de trabalho no nível nacional impulsionaram a redução da pobreza; onde elas vacilaram, o progresso estagnou

Determinantes das mudanças na pobreza, países e ALC, circa 2017–25



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: O agregado da ALC é baseado em 16 países da América Latina e do Caribe com microdados disponíveis; Nicarágua e Haiti não estão incluídos. A Nicarágua está excluída porque sua pesquisa domiciliar mais recente data de 2014. As estimativas para anos posteriores são baseadas em um modelo preditivo e não são adequadas para decomposição. Essas estimativas harmonizadas do Banco Mundial não correspondem aos números nacionais oficiais. Nos casos em que não havia dados disponíveis, os valores foram estimados por meio de microssimulações e, em seguida, agrupados para criar estimativas regionais. O termo "Mercado de trabalho" inclui a renda do trabalho e a parcela de pessoas empregadas, e "Outras rendas não laborais" inclui renda de capital, aluguéis, transferências internas monetárias e não monetárias, aluguel imputado e outras rendas não classificáveis não laborais. ECH = Pesquisa Domiciliar Contínua do Uruguai (sigla em espanhol); EPHC = Pesquisa Domiciliar Permanente Contínua do Paraguai (sigla em espanhol).

a. As séries do Paraguai e do Uruguai não são estritamente comparáveis entre 2017 e 2025. A pesquisa ECH do Uruguai tornou-se um painel rotativo em 2022; as estimativas do Paraguai para 2022 em diante são baseadas na EPHC revisada, que usa uma nova base de amostragem e fatores de expansão derivados do Censo Populacional de 2022, juntamente com uma avaliação revisada de transferências em espécie (*Hambre Cero*). Os agregados que dependem de totais expandidos, como a massa salarial e a população em idade ativa, não são comparáveis entre 2017 e anos posteriores. As alterações nas taxas e nos indicadores distributivos de 2017 a 2025 devem ser interpretadas com cautela.

b. Os dados para a Guatemala usam 2014 como ano-base e 2023 como último ano, as duas pesquisas mais recentes disponíveis na SEDLAC.

c. No Peru, a estimativa nacional oficial de pobreza é baseada no consumo; os resultados apresentados aqui são baseados na harmonização do CEDLAS e do Banco Mundial baseada na renda.

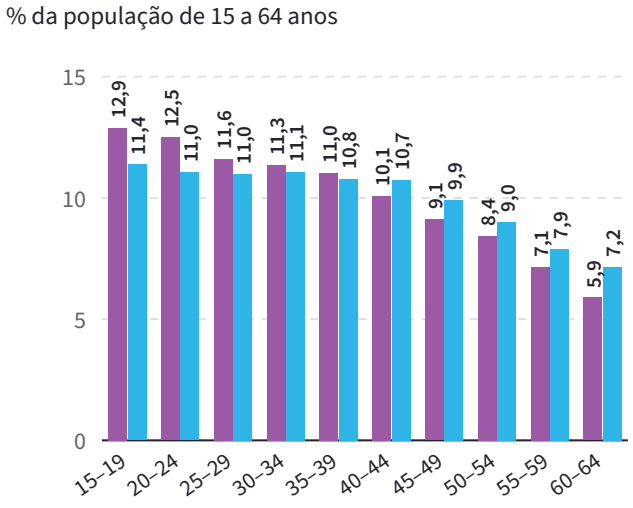
6. O papel da demografia e da educação no crescimento da renda

A transição demográfica da ALC está remodelando o perfil etário de sua população em idade ativa. Entre 2017 e 2025, a parcela de pessoas de 15 a 39 anos na população geral em idade ativa, de 15 a 64 anos, diminuiu cerca de 4 pontos percentuais, enquanto a parcela daqueles com idades entre 40 e 64 anos aumentou (veja a figura 10). As maiores quedas ocorreram entre pessoas de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos, cujas participações caíram 1,5 p.p. e 1,4 p.p., respectivamente, enquanto o maior aumento foi entre aquelas de 60 a 64 anos (1,3 p.p.).

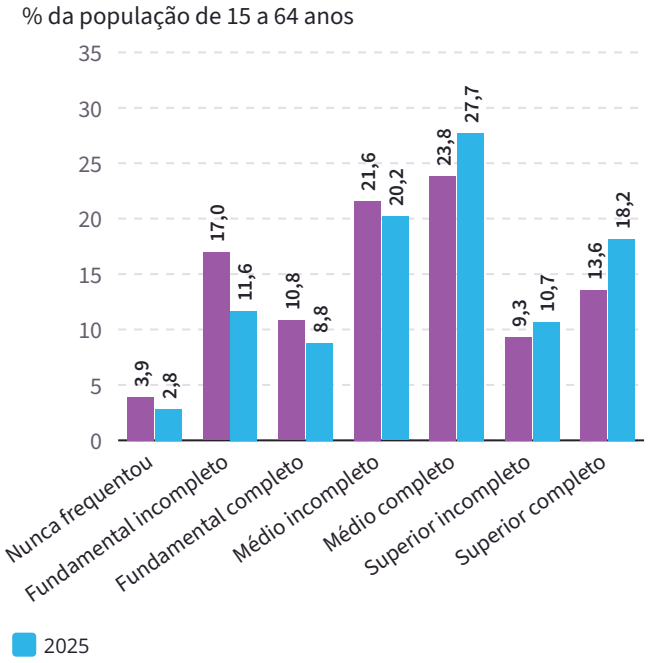
A parcela de pessoas com 65 anos ou mais na população total da ALC aumentou de 9% em 2017 para 11,4% em 2025. Os maiores aumentos foram registrados na Costa Rica (5,6 p.p.), Panamá (3,9 p.p.), Honduras (3,8 p.p.) e Equador (3,5 p.p.). Até 2025, os países com a maior proporção de pessoas com 65 anos ou mais eram Costa Rica (16,1%), Uruguai (15,4%) e Chile (14,0%). Juntas, essas mudanças apontam para uma força de trabalho mais velha e, com o tempo, para o aumento da razão de dependência de idosos.

Figura 10. O envelhecimento da população, entre 15 e 64 anos, está avançando e o nível de escolaridade continua a aumentar

a. Idade na ALC (intervalos de 5 anos), idades entre 15 e 64 anos, circa 2017 e circa 2025



b. Educação na América Latina e no Caribe, entre 15 e 64 anos, circa 2017 e circa 2025



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: Percentual da população com idades entre 15 e 64 anos por faixa etária de cinco anos (painel a) e por nível de escolaridade (painel b, população com idades entre 15 e 64 anos). A ALC é um agregado ponderado da população de países com microdados disponíveis (consulte o apêndice G).

Juntamente com essas mudanças demográficas, o nível de escolaridade aumentou. Entre 2017 e 2025, a proporção de pessoas entre 15 e 64 anos que concluíram pelo menos o ensino médio aumentou 9,8 pontos percentuais (veja a figura 10). A proporção dos que concluíram o ensino superior aumentou de 13,6% para 18,2%, ao passo que a parcela de todos os grupos com escolaridade inferior ao ensino médio completo caiu, principalmente entre aqueles com ensino fundamental incompleto (de 17% para 11,6%).

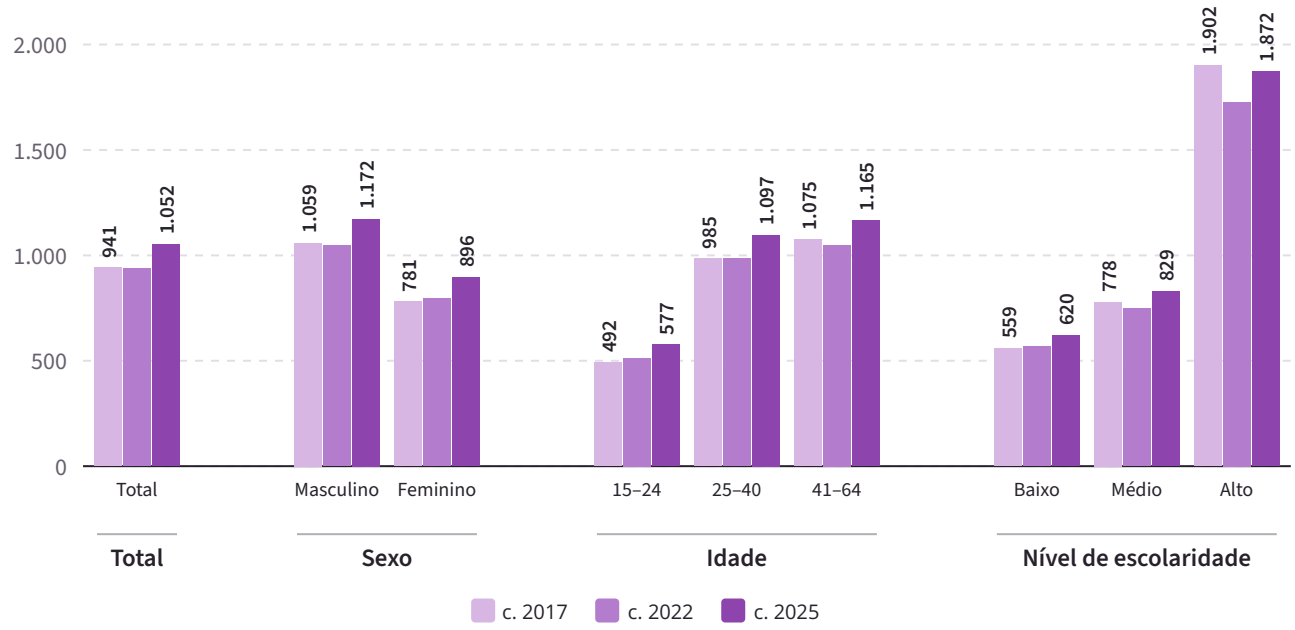
Os grupos em expansão também são aqueles com a maior renda média do trabalho. Os trabalhadores com alto nível de escolaridade ganham cerca de três vezes mais por mês do que aqueles com baixo nível de escolaridade, e os trabalhadores com idade entre 41 e 65 anos ganham mais do que os trabalhadores mais jovens

(consulte a figura 11). A renda média mensal do trabalho por trabalhador na ALC permaneceu praticamente estável entre 2017 e 2022 e, em seguida, subiu de US$ 941 em 2017 para US$ 1.052 em 2025 (PPC de 2021). Após 2022, o aumento foi generalizado entre mulheres e homens e entre trabalhadores de 15 a 24, 25 a 40 e 41 a 65 anos. No entanto, as mudanças diferiram de acordo com o nível de escolaridade. De 2017 a 2025, a renda média do trabalho aumentou cerca de 11% entre os trabalhadores com baixa escolaridade e 7% entre aqueles com nível médio de escolaridade, mas caiu 1,6% entre os trabalhadores altamente escolarizados, cujos ganhos caíram até 2022 e se recuperaram apenas parcialmente até 2025.

Figura 11. Os rendimentos do trabalho aceleraram após 2022

Renda média do trabalho por grupo demográfico na ALC, 2017, 2022 e 2025

US$ por mês, PPC de 2021

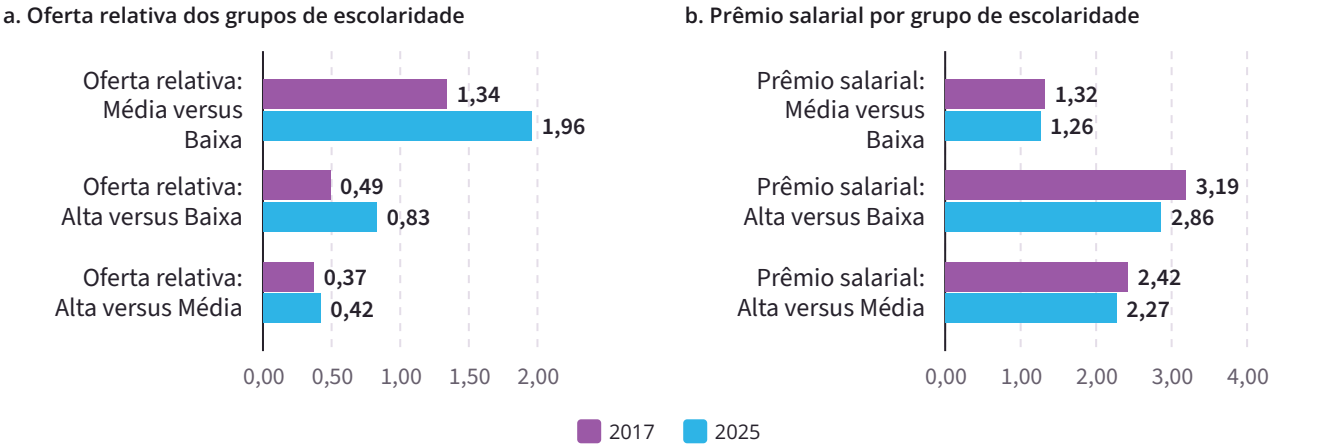


Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: Renda média mensal do trabalho por trabalhador de todos os empregos, em termos de paridade do poder de compra (PPC) em dólares americanos de 2021, para pessoas empregadas com idades entre 15 e 65 anos. Nível de escolaridade por anos de estudo: baixo = 0-8 anos; médio = 9-13 anos; alto = 14 anos ou mais. A ALC é um agregado ponderado da população de países com microdados disponíveis (consulte o apêndice G).

À medida que a oferta relativa de trabalhadores instruídos cresceu, o prêmio salarial associado à educação diminuiu, embora os retornos à educação continuem significativos (consulte a figura 12). De 2017 a 2025, o número de indivíduos com alto nível de escolaridade por pessoa com baixo nível de escolaridade na população de 15 a 64 anos aumentou de 0,49 para 0,83, enquanto o número de indivíduos com escolaridade média por pessoa com baixo nível de escolaridade aumentou de 1,34 para 1,96. No mesmo período, o salário médio por hora dos trabalhadores com alta escolaridade caiu de 3,19 vezes para 2,86 vezes o dos trabalhadores com baixa escolaridade e de 2,42 vezes para 2,27 vezes o dos trabalhadores com escolaridade média. O prêmio de ganhos dos trabalhadores com escolaridade média em relação aos trabalhadores com baixa escolaridade também diminuiu, de 1,32 para 1,26. Apesar dessa compressão, os trabalhadores altamente escolarizados ainda ganhavam quase três vezes mais por hora do que os trabalhadores com baixa escolaridade em 2025. Consideradas em conjunto, essas tendências sugerem que o aperfeiçoamento educacional contribuiu para aumentar a renda média do trabalho ao aumentar a participação dos trabalhadores nos grupos de educação com salários mais altos, mesmo com a diminuição da vantagem de ganhos associada a níveis mais altos de educação. As persistentes lacunas de aprendizagem dos fundamentos, conforme destacado no PISA 2025, e a fraca demanda por mão de obra qualificada entre empresas pequenas e de baixa produtividade com adoção de tecnologias pouco profundas também pesaram sobre os retornos da educação (Banco Mundial 2026a).

Figura 12. À medida que a oferta de trabalhadores relativamente mais instruídos aumentou, o prêmio salarial da educação diminuiu de 2017 a 2025



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: Baixa = 0–8 anos (menos do que concluir o ensino fundamental 2); Média = 9–13 anos (ensino fundamental completo a ensino médio completo); Alta = 14+ anos (mais do que o ensino médio). Oferta = proporção de cada grupo na população de 15 a 64 anos. Oferta relativa = razão entre as parcelas. Prêmio salarial = razão entre o salário médio por hora do emprego principal (salário convertido em dólares americanos considerando PPC de 2021). PPC = paridade de poder de compra.

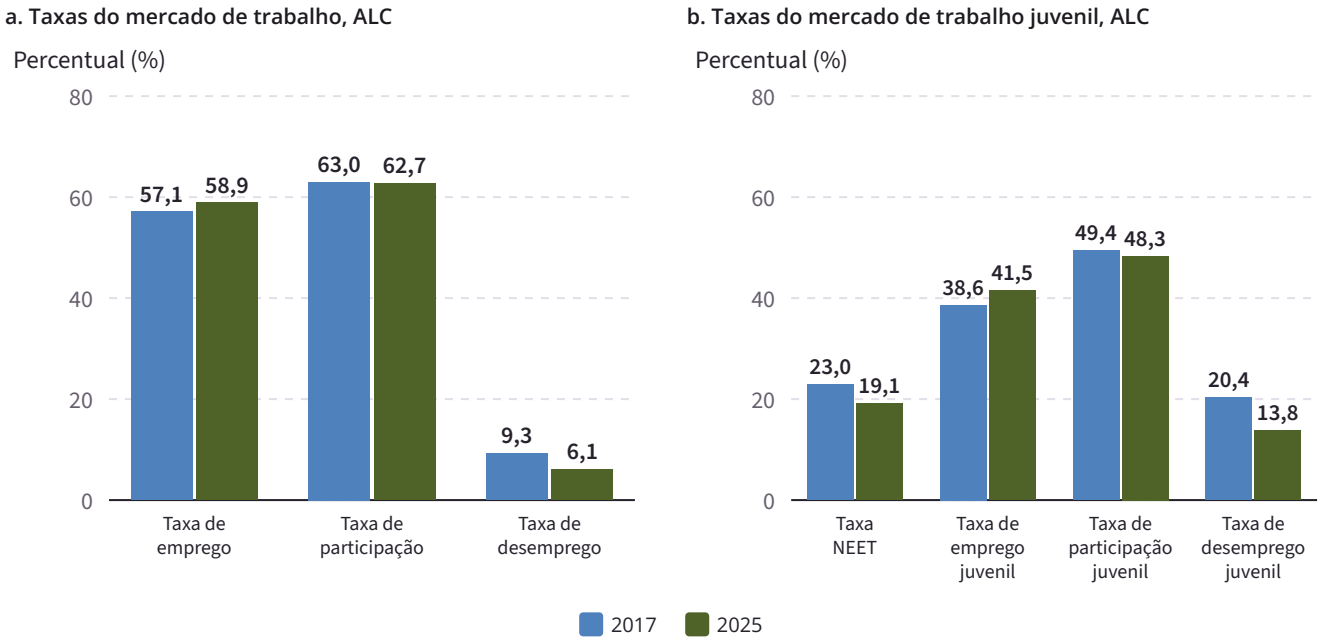
Juntamente com as mudanças demográficas e de renda, o crescimento do emprego também contribuiu para o aumento da renda total do trabalho. Em geral, o emprego aumentou modestamente, com ganhos maiores entre os jovens. Entre os primeiros trimestres de 2017 e 2025, a taxa de emprego aumentou de 57,1% para 58,9%, um aumento de 1,8 ponto percentual (veja a figura 13). O ganho veio da redução do desemprego (de 9,3% para 6,1%), com a participação caindo ligeiramente (de 63,0% para 62,7%). Além disso, o baixo nível de desemprego na ALC coexiste com a informalidade generalizada e o trabalho autônomo em pequena escala, mascarando lacunas persistentes na qualidade do emprego (Banco Mundial 2026a). Entre os jovens, o emprego aumentou 2,9 pontos percentuais, de 38,6% para 41,5%. A taxa de desemprego entre os jovens caiu de 20,4% para 13,8%, e a proporção daqueles que não trabalham, não estudam nem recebem treinamento (NEET, na sigla em inglês) caiu de 23,0% para 19,1%. Ainda assim, o desemprego juvenil em 2025 permaneceu mais que o dobro da taxa geral.

Essas mudanças na população, emprego e renda somam-se à renda total do trabalho que a região gera, conhecida como massa salarial. Ela pode aumentar quando houver mais pessoas em idade ativa, quando mais delas tiverem empregos ou quando cada trabalhador ganhar mais (veja a figura 14). De 2017 a 2025, a massa salarial cresceu cerca de 2,8% ao ano, impulsionada pelo aumento da renda do trabalho por trabalhador**.** Contribuiu com 1,4 p.p. (metade do total), seguida pela maior população em idade ativa (0,9 p.p., cerca de um terço), e a taxa de emprego mais alta contribuiu com o restante (0,5 p.p.) (consulte a figura 14).[10] Durante o período 2022–2025, o crescimento da massa salarial acelerou para 5,9% ao ano, com a renda de trabalho por trabalhador contribuindo com 4,3 p.p. (aproximadamente 73%), enquanto a população em idade ativa e as taxas de emprego contribuíram com os 1,6 p.p. restantes. Juntos, os dois períodos implicam que a massa salarial cresceu apenas cerca de 1% ao ano antes de 2022. A massa salarial cresceu na maioria dos países durante 2022–2025, mas as taxas de crescimento variaram, atingindo 9% ao ano ou mais na Costa Rica, Honduras e República Dominicana, enquanto a massa salarial se contraiu na Bolívia.

Parte do aumento da renda de trabalho por trabalhador reflete mudanças na composição da força de trabalho. Os ganhos médios podem aumentar simplesmente porque a força de trabalho tem trabalhadores mais instruídos ou mais pessoas em seus anos de pico de renda, mesmo que o pagamento de trabalhadores semelhantes permaneça o mesmo. Para separar esses efeitos, a figura 15 decompõe o crescimento da renda per capita das famílias em contribuições de fontes de renda (renda do trabalho, remessas, transferências, aposentadorias e pensões e

10 A análise usa uma decomposição de Shapley para separar o crescimento da massa salarial (ou seja, a renda total do trabalho, incluindo o trabalho autônomo) em três componentes: mudanças na população em idade ativa, taxa de emprego e salário médio por trabalhador.

Figura 13. O desemprego juvenil caiu mais rapidamente do que o desemprego total



Fontes: LABLAC e SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: Taxas do mercado de trabalho para a população de 15 anos ou mais (painel a) e para jovens de 15 a 24 anos (painel b). As taxas de emprego e participação são parcelas da população em cada faixa etária; as taxas de desemprego são parcelas da força de trabalho; a taxa NEET é a parcela de jovens que não estão empregados nem estudando. A ALC é um agregado ponderado pelo emprego de 11 países da América Latina e do Caribe: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Peru e Uruguai. O Equador e o Panamá têm dados anuais, portanto, o mesmo valor é atribuído a cada trimestre. Os dados para Argentina e Peru cobrem apenas áreas urbanas (Lima e Callao para Peru). LABLAC = Base de Dados do Trabalho para a América Latina e o Caribe; NEET = fora da educação, emprego ou formação.

outras rendas não laborais, como aluguel imputado), taxas de emprego, composição demográfica (idade e sexo) e nível educacional, dentro dos grupos de idade-sexo-educação.[11] O Quadro 3 apresenta os detalhes metodológicos.

O aumento da educação e as mudanças demográficas foram responsáveis pela maior parte do crescimento da renda familiar. Em média entre os decis, a educação explicou cerca de 54% do crescimento, e a demografia (idade, sexo), cerca de 30%, no período de 2017–25 (ver figura 15). Para a renda per capita média, que dá mais peso às famílias de renda mais alta, a educação foi responsável por cerca de 70% do aumento anual de 2%, as mudanças demográficas por cerca de 32% e a renda dentro dos grupos por cerca de 17%. O resíduo, líquido de uma pequena contribuição positiva das taxas de emprego, compensou cerca de 19% (consulte o apêndice F).

As fontes de crescimento diferiram ao longo da distribuição (veja a figura 15). A educação contribuiu com uma quantia semelhante em todos os decis, cerca de 1,2 p.p. a 1,5 p.p. por ano. Sua importância relativa aumentou com a renda, de cerca de 32% do crescimento de 3,8% no decil mais pobre para cerca de 95% do crescimento de 1,5% no caso dos mais ricos.[12] Foi o maior contribuinte individual do quarto decil para cima. A demografia também teve mais importância na base, contribuindo com cerca de 1 ponto percentual ao ano no decil mais pobre, contra cerca de 0,5 ponto percentual no mais rico. Nos dois decis mais pobres, no entanto, a renda dentro dos grupos foi o maior contribuinte (cerca de 2,6 p.p. e 1,7 p.p. por ano, respectivamente). Sua contribuição caiu para quase zero nos decis superiores.

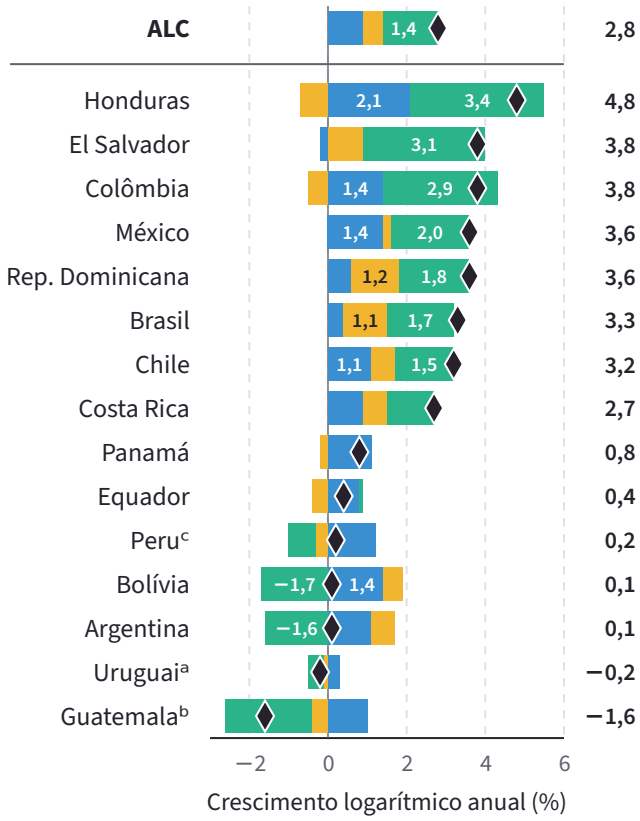
O impulso de uma força de trabalho mais instruída e demografia favorável pode desaparecer à medida que a população envelhece. Entre 2017 e 2025, mais pessoas passaram a integrar as faixas etárias de pico de rendimento, e a parcela de crianças caiu, elevando a renda familiar média, embora os rendimentos de trabalhadores comparáveis tenham crescido lentamente. Com o aumento da razão de dependência de idosos, esse impulso demográfico pode enfraquecer, e a sustentação do crescimento da renda dependerá mais dos ganhos de rendimentos dentro dos grupos.

11 A Figura 15 apresenta uma decomposição usando microssimulações contrafactuais seguindo Bourguignon, Ferreira e Lustig (2005) e Bourguignon, Ferreira e Leite (2008).

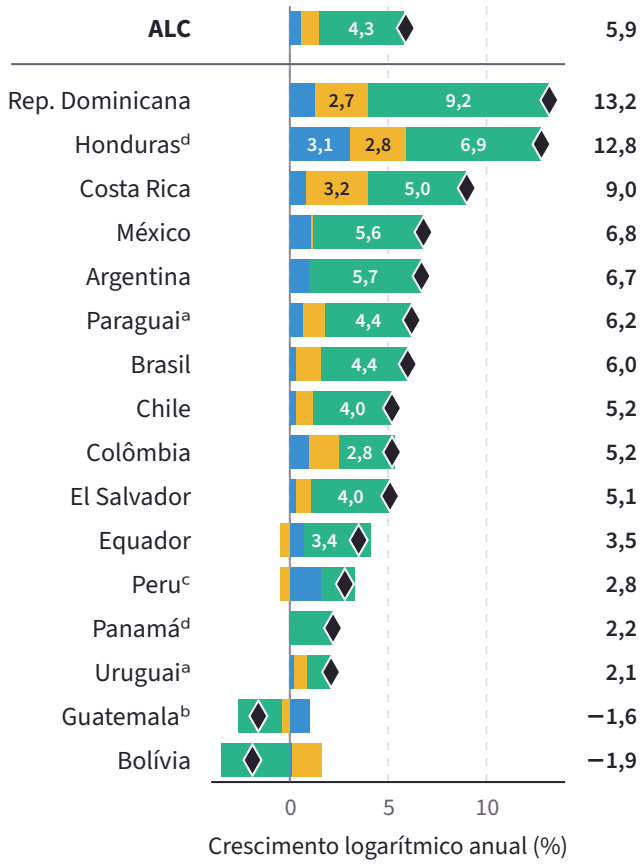
12 O crescimento em nível de decil pode diferir da figura 7, pois os países com informações disponíveis para implementar a decomposição do tipo Bourguignon diferem daqueles usados para implementar a decomposição de Shapley.

Figura 14. O aumento da renda do trabalho tornou-se o principal motivador do crescimento da massa salarial na ALC

a. Decomposição de Shapley do crescimento da massa salarial, circa 2017–2025



b. Decomposição de Shapley do crescimento da massa salarial, circa 2022–2025



População em idade ativa | Taxa de emprego | Renda do trabalho por trabalhador | Massa salarial

Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: A massa salarial é a renda mensal total do trabalho de pessoas de 15 a 64 anos (USD em PPC de 2021). É igual à população em idade ativa vezes a taxa de emprego vezes a renda média do trabalho por trabalhador. Seu crescimento logarítmico anual é, portanto, a soma exata do crescimento logarítmico anual desses três fatores (decomposição de Shapley). As barras mostram a contribuição de cada fator; os losangos mostram o crescimento anualizado da massa salarial. A ALC é um agregado ponderado da população de países com microdados disponíveis (consulte o apêndice G). USD = dólares dos Estados Unidos. ECH = Pesquisa Domiciliar Contínua do Uruguai (sigla em espanhol); EPHC = Pesquisa Domiciliar Permanente Contínua do Paraguai (sigla em espanhol).

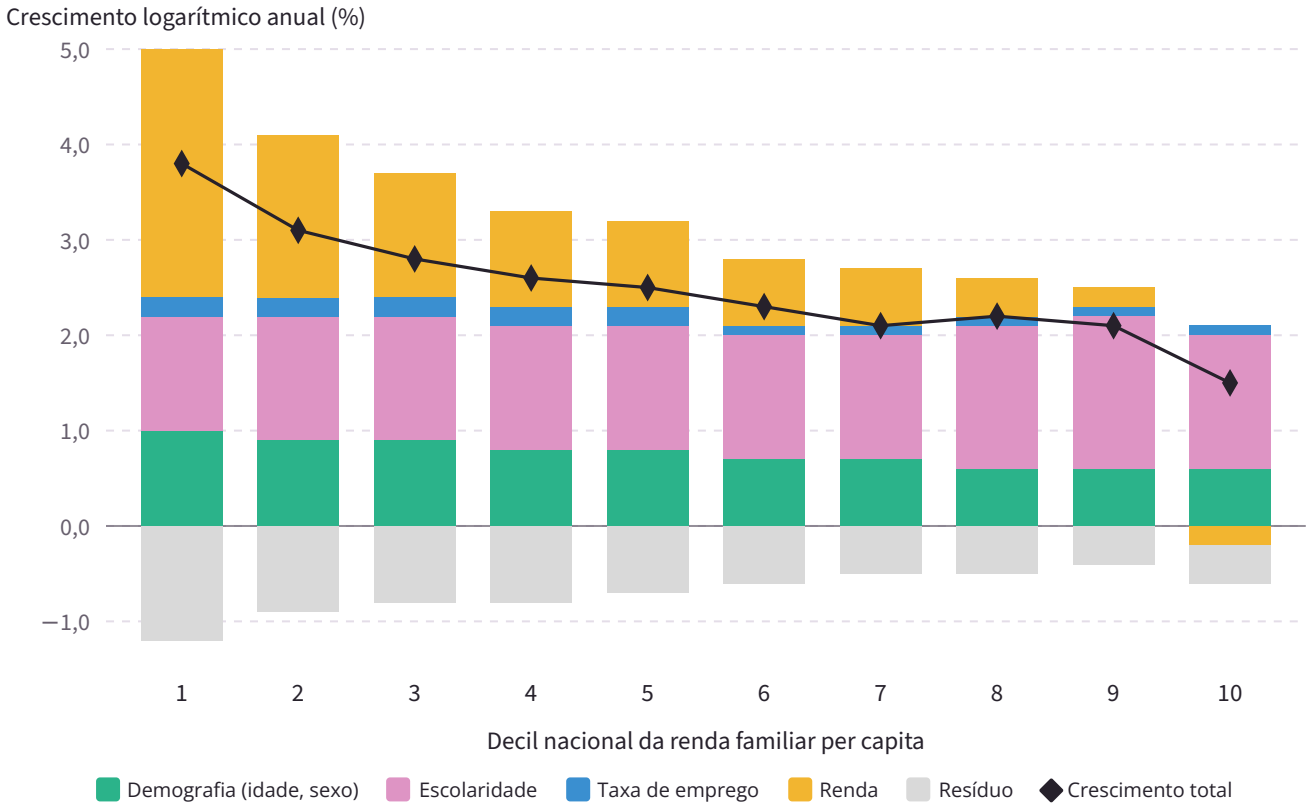
a. As séries do Paraguai e do Uruguai não são estritamente comparáveis entre 2017 e 2025. A pesquisa ECH do Uruguai tornou-se um painel rotativo em 2022; as estimativas do Paraguai para 2022 em diante são baseadas na EPHC revisada, que usa uma nova base de amostragem e fatores de expansão derivados do Censo Populacional de 2022, juntamente com uma avaliação revisada de transferências em espécie (*Hambre Cero*). Os agregados que dependem de totais expandidos, como a massa salarial e a população em idade ativa, não são comparáveis entre 2017 e anos posteriores. O Paraguai foi excluído do painel a (período 2017–25) devido a uma interrupção na série. As alterações nas taxas e nos indicadores distributivos de 2017 a 2025 devem ser interpretadas com cautela.

b. Os dados para a Guatemala usam 2014 como ano-base e 2023 como último ano, as duas pesquisas mais recentes disponíveis na SEDLAC.

c. No Peru, a estimativa nacional oficial de pobreza é baseada no consumo; os resultados apresentados aqui são baseados na harmonização do CEDLAS e do Banco Mundial baseada na renda.

d. Os dados do Panamá e Honduras usam 2023 como ano-base para circa 2022.

Figura 15. Decomposição do crescimento da renda familiar por decil, circa 2017–2025



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: Microssimulação seguindo Bourguignon et al. (2005) e Bourguignon et al. (2008). Cada componente mede a mudança na renda per capita domiciliar em um cenário contrafactual, que altera apenas esse fator para seu valor no outro ano e mantém todos os outros fatores constantes. Os fatores são a proporção idade-sexo (Demografia), a participação da educação dentro dos grupos idade-sexo (Escolaridade), as taxas de emprego e a renda do trabalho dentro dos grupos idade-sexo-educação. Cada decil da ALC é uma média ponderada da população dos decis nacionais correspondentes, em vez de um decil de uma distribuição regional agrupada. O crescimento em cada decil da ALC, portanto, reflete o crescimento dentro dos decis nacionais correspondentes e as mudanças na participação da população dos países, que entram no resíduo. A ALC é um agregado ponderado da população de países com microdados disponíveis (consulte o apêndice G). A renda per capita domiciliar é medida em valores mensais em PPC de 2021. PPC = paridade de poder de compra.

7. Conclusão

A pobreza na ALC atingiu um mínimo histórico em 2025, mas o ritmo do progresso está diminuindo. A renda do trabalho tem se tornado cada vez mais importante para a redução da pobreza, apoiada pelo crescimento do emprego, aperfeiçoamento educacional, mudança demográfica e, mais recentemente, salários mais altos. A desigualdade caiu, mas a ALC continuou sendo uma das regiões mais desiguais do mundo.

Os ganhos do mercado de trabalho apoiaram a redução da pobreza, mas não chegaram a todas as famílias. De 2022 a 2025, o emprego e os rendimentos impulsionaram grande parte do crescimento da renda e da redução da pobreza na região, mas, no decil mais pobre, as transferências e outras rendas não laborais contribuíram aproximadamente tanto quanto os ganhos do trabalho para o crescimento da renda. O trabalho informal também continua generalizado entre os trabalhadores pobres, com cerca de três em cada quatro ocupando empregos informais em 2025, e a parcela de trabalhadores assalariados entre os pobres não aumentou. A proteção social, portanto, continua sendo essencial.

Grande parte do aumento da renda total do trabalho, ou massa salarial, entre 2017 e 2025 veio do aumento da renda do trabalho por trabalhador. Cerca de um terço do crescimento total da renda de trabalho veio de uma população em idade ativa maior, e o restante refletiu uma taxa de emprego mais alta. De 2022 a 2025, a renda do trabalho por trabalhador tornou-se mais importante para o crescimento da massa salarial, respondendo por mais de 70%.

O crescimento dos rendimentos dentro dos grupos de educação foi modesto, e a vantagem de ganhos dos trabalhadores altamente escolarizados diminuiu. No entanto, à medida que aumentou a parcela de trabalhadores altamente escolarizados, a renda média do trabalho na região aumentou entre os grupos demográficos. Mudanças na estrutura etária e por sexo da população também apoiaram o crescimento, representando cerca de 30% do crescimento da renda per capita domiciliar. À medida que a população envelhece e a razão de dependência de idosos aumenta, os ganhos de produtividade serão mais importantes para sustentar o crescimento da renda.

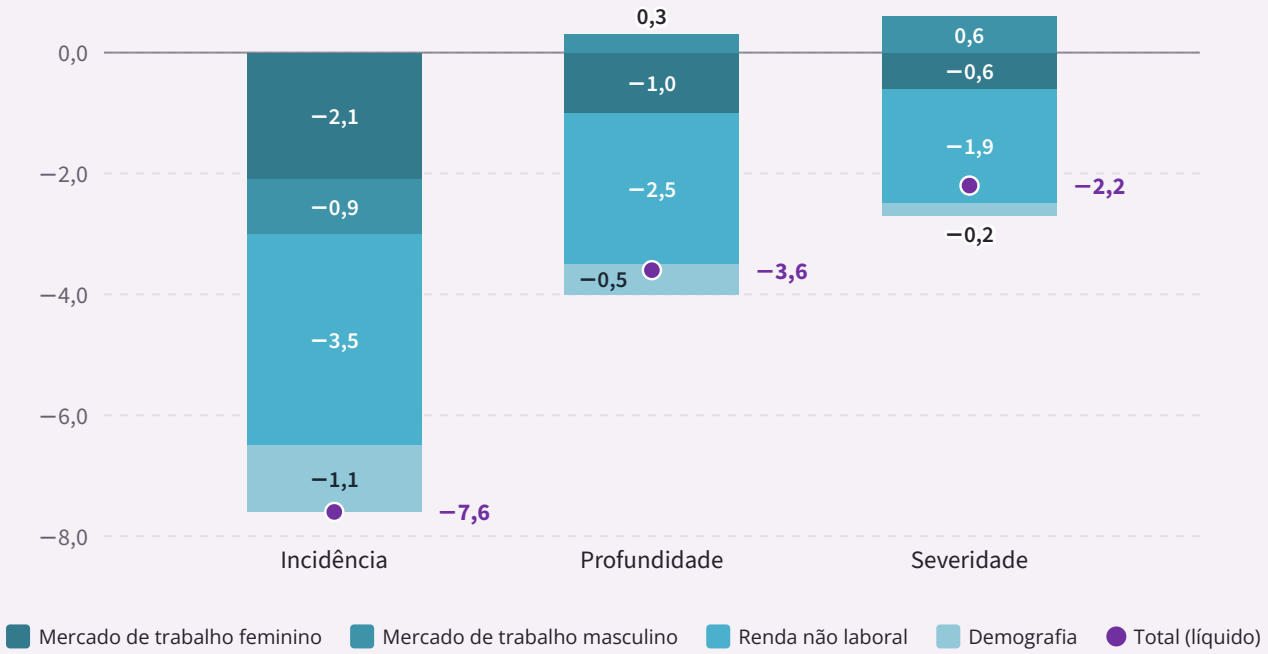
A redução sustentada da pobreza requer maior produtividade e trabalho mais bem remunerado, juntamente com proteção social direcionada. O apoio imediato é particularmente importante para famílias pobres com crianças, que permanecem sobrerrepresentadas entre os pobres. Ao longo do tempo, aumentar a produtividade do trabalho onde os trabalhadores de baixa renda já trabalham, facilitar a transição para melhores empregos e reduzir as barreiras enfrentadas por mulheres e jovens pode ampliar o progresso. A melhoria da aprendizagem básica, das habilidades e das condições para o investimento privado produtivo e a adoção de tecnologias pelas empresas ajudarão a transformar os ganhos em escolaridade em crescimento sustentado dos rendimentos (Banco Mundial 2026a).

Quadro 2. Contribuição das mulheres para a redução da pobreza

As decomposições de Shapley na figura 8 identificam o mercado de trabalho como a maior fonte individual de redução da pobreza, particularmente desde 2022. Aguilar-Gomez et al., a ser publicado, examinam a dimensão de gênero dessa contribuição em 16 países da ALC durante o período de 2016 a 2024. Eles constataram que o emprego e os rendimentos das mulheres contribuíram mais para a redução da pobreza na região do que os dos homens. Nesta amostra, a pobreza — considerando a medida de US$ 8,30 por dia (PPC de 2021) — caiu 7,6 pontos percentuais. O emprego e os rendimentos das mulheres representaram 2,1 pontos percentuais, ou 28% da queda, em comparação com 0,9 ponto percentual (12%) para os homens. Entre 2006 e 2015 — período que incluiu grande parte do boom das commodities — a contribuição dos homens foi ligeiramente maior que a das mulheres (3,5 p.p. contra 3,2 p.p.). Ambas as contribuições foram menores no período 2016–2024, mas a participação dos homens caiu muito mais acentuadamente. As fontes de renda não laborais combinadas representaram a maior parte

do declínio recente — 3,5 p.p., ou 46%. A contribuição demográfica foi de 1,1 ponto percentual (14%), refletindo mudanças na proporção de membros da família com idades entre 15 e 69 anos (consulte a figura B2.1).

Figura B2.1. O emprego e os rendimentos das mulheres contribuíram mais do que os dos homens para a redução da pobreza na ALC de 2016 a 2024



Fonte: Aguilar-Gomez et al., a ser publicado.

Observação: As barras mostram a decomposição de Shapley da mudança em três medidas de pobreza em US$ 8,30 por pessoa por dia (PPC de 2021) de 2016 a 2024: incidência da pobreza, profundidade da pobreza e severidade da pobreza. A variação é decomposta em quatro componentes: mercado de trabalho feminino, mercado de trabalho masculino, renda não laboral e mudança demográfica, para a região da ALC agrupada (16 países da América Latina e Caribe, ponderados pela população). As contribuições são relatadas em pontos percentuais para a incidência da pobreza e em pontos de índice para a profundidade e a severidade da pobreza. PPC = paridade de poder de compra.

A contribuição das mulheres para a redução da pobreza reflete o progresso tanto no acesso ao trabalho remunerado quanto na qualidade do emprego. Aguilar-Gomez et al., a ser publicado, mostram que a mudança do trabalho familiar não remunerado para empregos assalariados fortaleceu seu papel como provedoras de renda familiar. No entanto, esses ganhos foram desiguais. Eles favoreceram mulheres mais instruídas e que já haviam passado do início da idade adulta, enquanto mulheres menos instruídas e mais jovens compartilhavam menos do progresso. Esses padrões destacam o desafio de traduzir a atualização da força de trabalho em maior participação econômica: a melhoria das habilidades da força de trabalho precisa ser acompanhada de oportunidades para as mulheres, que permanecem menos conectadas ao mercado de trabalho. Embora esses padrões não estabeleçam os efeitos causais da escolaridade ou da idade, eles mostram por que as mudanças na composição da força de trabalho e no acesso ao emprego precisam ser consideradas em conjunto.

O quadro é menos favorável no caso da profundidade e da severidade da pobreza, que são mais sensíveis a mudanças entre as famílias mais pobres (ver figura B2.1). Os ganhos das mulheres no mercado de trabalho também reduziram a profundidade (em 1,0 p.p.) e a severidade da pobreza (em 0,6 p.p.), mas o acesso ao trabalho remunerado expandiu-se pouco entre as mulheres mais pobres e contraiu-se entre os homens mais pobres. De forma consistente com esse padrão, as mudanças no mercado de trabalho dos homens reduziram a incidência da pobreza, mas aumentaram a profundidade (em 0,3 p.p.) e a severidade da pobreza (em 0,6 p.p.), compensando totalmente a contribuição das mulheres para a redução da severidade. A renda não laboral foi responsável pela maior parte da redução da profundidade e severidade da pobreza (cerca de 70% e 86%, respectivamente). Essas descobertas demonstram por que sustentar a redução da pobreza requer tanto estender os ganhos de emprego às famílias mais pobres quanto manter o apoio àquelas que os mercados de trabalho não estão

alcançando. Enfrentar a perda de emprego entre os homens mais pobres é parte do mesmo desafio.

Quadro 3. Decomposição do crescimento da renda com base em microssimulações

O que a decomposição mede

A decomposição atribui mudanças na renda domiciliar per capita a fatores como a composição demográfica (idade e sexo), a escolaridade, o emprego, a renda do trabalho e a renda não laboral. A renda domiciliar per capita é a renda familiar total dividida pelo tamanho da família, atribuída a cada membro da família e expressa em dólares americanos mensais de paridade do poder de compra (PPC) de 2021. O exercício abrange circa 2017–2025 e circa 2022–2025, utilizando os anos de pesquisa disponíveis para cada país. A abordagem adapta a estrutura de microssimulação distribucional de Bourguignon et al. (2005) e Bourguignon et al. (2008).

Como os contrafactuais são construídos

Cada pesquisa serve sucessivamente como ano-base. Um contrafactual fornece a suas famílias o valor de alguns fatores da outra pesquisa e mantém o restante fixo. As células combinam a idade (0–14, 15–24, 25–44, 45–64 e 65+); sexo; e, a partir dos 15 anos, educação (0 a 8, 9 a 13 e 14 ou mais anos de escolaridade) (consultar tabela B3.1).[a]

Tabela B3.1. Fatores da decomposição

Fator	Fica com o valor do outro ano	Método
Demografia (*D*)	Parcela da população por idade e sexo	Reponderação
Educação (*E*)	Proporções por nível de escolaridade dentro dos grupos de idade-sexo	Reponderação
Emprego (*L*)	Taxas de emprego dentro das células (renda de trabalho positiva, 15+ anos)	Reponderação
Nível de renda do trabalho (*P*)	Mudanças comuns na renda laboral por pessoa empregada: médias das razões no nível das células com as ponderações da renda laboral do ano-base	Dimensionamento
Renda relativa do trabalho (*R*)	Proporção de cada célula em relação à mudança comum	Dimensionamento
Aposentadorias, pensões e transferências (*N1*)	Média por pessoa, por célula, para cada fonte separadamente	Dimensionamento
Outras rendas não laborais (*N2*)	Remessas por pessoa, por célula; renda familiar restante por pessoa, nacional	Dimensionamento

Fonte: Banco Mundial.

Reponderação. No espírito de DiNardo et al. (1996), uma calibração por entropia (Deville e Särndal 1992) ajusta os pesos das famílias o mínimo possível para atingir as metas de *D*, *E* e *L*, mantendo a população total no nível do ano-base. Todos os membros de uma família recebem o mesmo ajuste de peso.

Dimensionamento. Juntos, *P* e *R* reproduzem a mudança de cada célula na renda do trabalho por pessoa empregada. Isoladamente, *R* mantém a renda média do trabalho nos pesos do ano-base, afetando principalmente as médias dos decis, enquanto o crescimento mais rápido nas células de maior rendimento aparece em *P*. Nas células agrupadas, as médias do outro ano são calculadas usando a combinação das células originais do ano-base. O restante da renda familiar inclui o aluguel imputado, outras fontes e a renda laboral de crianças.

Como as contribuições são calculadas

Para cada ano-base, os sete fatores produzem $2^7 = 128$ combinações contrafactuais. Para cada combinação, os indicadores são recalculados e as famílias são reclassificadas em grupos definidos por percentil. O valor de Shapley de um fator é sua variação marginal média no logaritmo do indicador em todas as ordens possíveis nas quais os fatores podem ser introduzidos (Shorrocks 2013). A contribuição final, φ_j, calcula a média do resultado direto (tendo a pesquisa inicial como base) e do resultado inverso, com o sinal invertido (tendo a pesquisa final como base).

Dado que I_0 e I_1 denotam o indicador observado nas pesquisas inicial e final e T o número de anos entre elas, o crescimento logarítmico anual se decompõe como

$$G = \frac{100}{T}\ln\left(\frac{I_1}{I_0}\right) = \sum_{j=1}^{7} C_j + C_{\text{res}}, \qquad C_j = \frac{100}{T}\varphi_j.$$

Tanto C_j quanto o resíduo C_{res} são expressos em pontos percentuais por ano. O resíduo captura

mudanças que os contrafactuais não reproduzem, como mudanças na dispersão de renda dentro das células, em qual grupo de pessoas recebe transferências dentro das células, e na estrutura familiar além das participações idade-sexo.

Agregação para ALC

Cada indicador para a América Latina e o Caribe (ALC) é a média ponderada da população dos indicadores nacionais, portanto, os decis regionais são médias das médias dos decis nacionais. As contribuições nacionais e os resíduos são combinados usando pesos médios logarítmicos, além de um componente separado que captura as mudanças na parcela populacional dos países.[b] A divisão pelo intervalo médio da pesquisa, ponderado da mesma maneira, produz componentes que resultam no crescimento logarítmico anual regional.

Interpretação e limitações

A decomposição é descritiva e não causal e não leva em conta respostas comportamentais ou de equilíbrio geral. O nível de renda de trabalho (*P*) não é uma medida direta de produtividade, pois também reflete mudanças nas horas trabalhadas, preços, informalidade e seleção para o emprego. A renda relativa do trabalho (*R*) captura as mudanças entre as células, não dentro delas. Por fim, a composição demográfica e os componentes de educação também absorvem mudanças nos fatores de expansão das pesquisas e na forma como a educação é registrada.

a. Cada célula precisa, em cada pesquisa, de 30 pessoas amostrais; as células de emprego precisam de 50 pessoas empregadas e 50 não empregadas; e as células de renda do trabalho precisam de 50 pessoas empregadas. Uma célula menor se junta ao nível educacional mais próximo ou, na falta disso, agrupa sua faixa etária-sexo.

b. Os 15 países são Argentina (apenas áreas urbanas), Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai.

8. Apêndices

Apêndice A. Taxas de crescimento semelhantes, resultados diferentes da pobreza

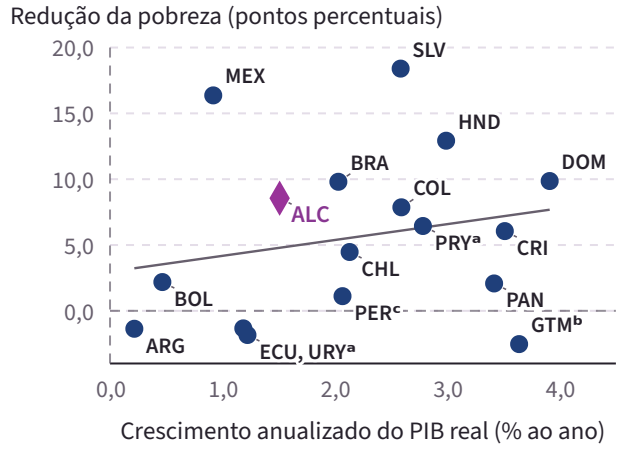
Em nível nacional, taxas de crescimento semelhantes foram acompanhadas por resultados de pobreza muito diferentes nos períodos de 2017–25 e 2022–25. A Figura A.1 apresenta o crescimento real anualizado do PIB no eixo horizontal em relação às reduções da pobreza (em p.p.) no eixo vertical, para 2017–2025 (ver painel a) e 2022–2025 (ver painel b). O crescimento mais alto estava fracamente associado a maiores reduções da pobreza, mas com variações consideráveis entre os países. No período 2017–2025, o México (16,4 p.p.) e El Salvador (18,4 p.p.) registraram reduções substanciais da pobreza a taxas de crescimento superiores à média da região, cerca de 0,9% e 2,6% ao ano, respectivamente. O Peru (1,1 p.p.), o Chile (4,5 p.p.) e o Brasil (9,8 p.p.) cresceram a taxas semelhantes de cerca de 2% ao ano, mas tiveram resultados muito diferentes. A Costa Rica e a Guatemala cresceram cerca de 3,6% ao ano; a pobreza diminuiu cerca de 6 pontos percentuais na Costa Rica e aumentou cerca de 2,5 pontos percentuais na Guatemala.

Entre 2022 e 2025, o padrão de redução da pobreza estava longe de ser uniforme entre os países, embora a variação tenha sido menor do que em todo o período 2017–25. Honduras (9,9 p.p.), El Salvador (8,7 p.p.) e Costa Rica (7,4 p.p.) registraram as maiores reduções, com crescimento de cerca de 3,3% a 4,5%. A Colômbia e o México, no entanto, alcançaram reduções de cerca de 6 a 7 pontos percentuais, com crescimento inferior a 2%. Por outro lado, a pobreza permaneceu praticamente inalterada no Panamá, apesar do crescimento de cerca de 4,7% – uma taxa semelhante à da Costa Rica**,** enquanto a pobreza aumentou na Bolívia. Esse padrão sugere que a distribuição do crescimento e os canais de renda que chegam às famílias são importantes ao lado da produção agregada.

Figura A.1. Taxas de crescimento semelhantes levaram a diferentes resultados em termos de pobreza em 2017–2025 e 2022–2025

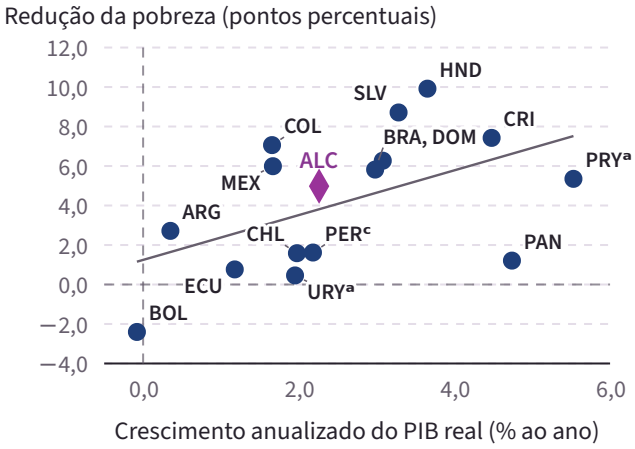
a. 2017–2025: Ampla dispersão em todos os níveis de crescimento

Crescimento do PIB e redução da pobreza, circa 2017–25



b. 2022–2025: A dispersão moderada persistiu

Crescimento do PIB e redução da pobreza, circa 2022–25



Fontes: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial) e Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI).

Observação: Agregado da ALC baseado em 18 países da América Latina e do Caribe com microdados da SEDLAC disponíveis. Nos casos em que não havia dados disponíveis, os valores foram estimados por meio de microssimulações. A redução da pobreza é calculada como a variação percentual nas taxas de pobreza multiplicada por -1, usando a linha internacional de pobreza de US$ 8,30 por dia em PPC de 2021. ECH = Pesquisa Domiciliar Contínua do Uruguai (sigla em espanhol); EPHC = Pesquisa Domiciliar Permanente Contínua do Paraguai (sigla em espanhol). PPC = paridade de poder de compra.

a. As séries do Paraguai e do Uruguai não são estritamente comparáveis entre 2017 e 2025. A pesquisa EPHC do Paraguai usa uma nova base de amostragem e fatores de expansão derivados do Censo Populacional de 2022; a pesquisa ECH do Uruguai tornou-se um painel rotativo em 2022.

b. Para a Guatemala, a comparação utiliza 2014 como ano-base e 2023 como último ano, correspondendo às pesquisas mais recentes disponíveis na SEDLAC.

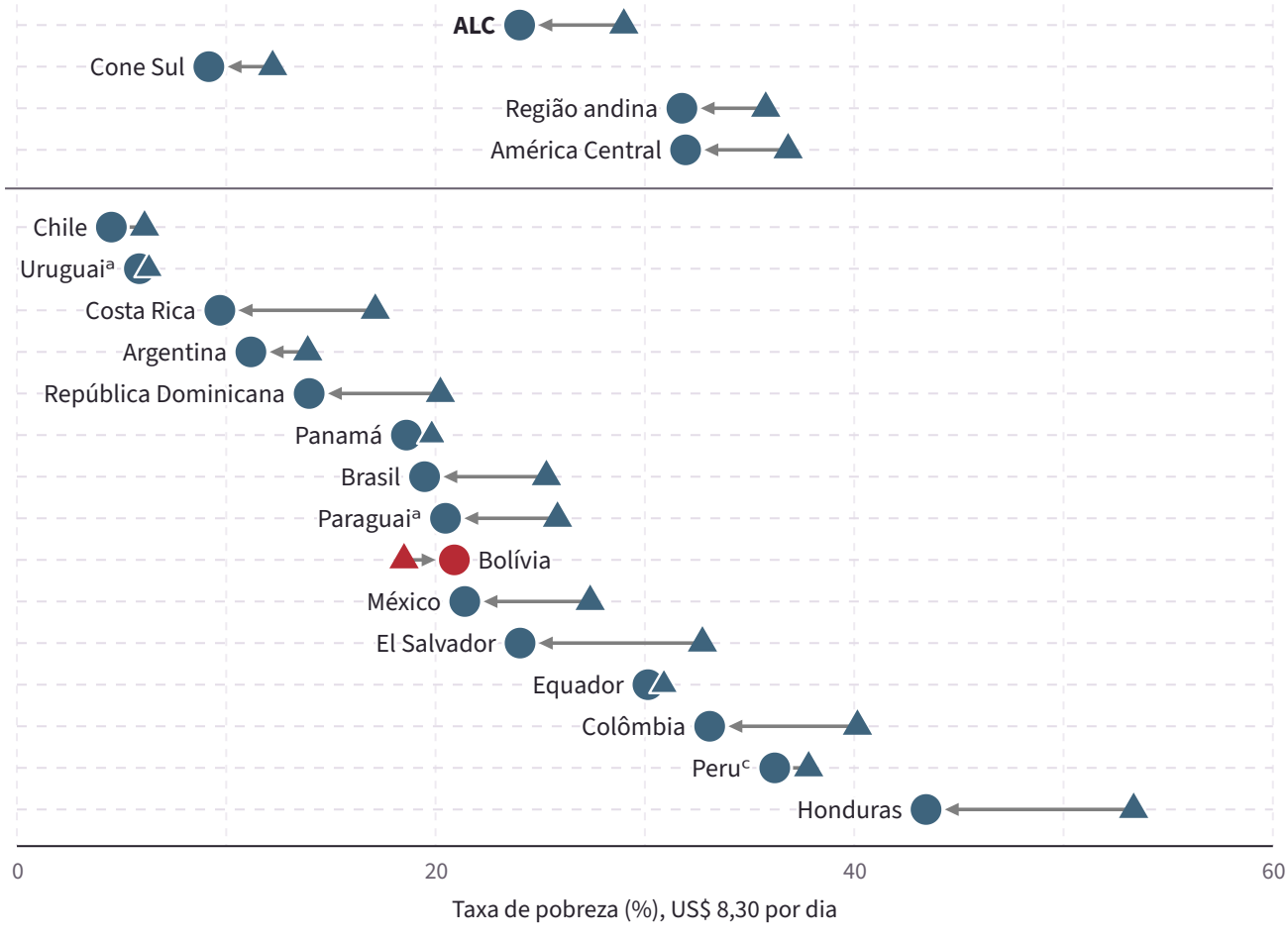
c. No Peru, a estimativa nacional oficial de pobreza é baseada no consumo; os resultados apresentados aqui são baseados na harmonização do CEDLAS e do Banco Mundial baseada na renda.

Apêndice B. Variação da pobreza entre 2022 e 2025

Entre 2022 e 2025, a pobreza diminuiu em 14 dos 15 países, em todas as três sub-regiões e na região da ALC (ver figura B.2). Honduras, El Salvador e Costa Rica registraram as maiores reduções, embora seus níveis iniciais de pobreza tenham diferido consideravelmente (cerca de 53%, 33% e 17%, respectivamente). A pobreza diminuiu 9,9 pontos percentuais em Honduras, 8,7 pontos percentuais em El Salvador e 7,4 pontos percentuais na Costa Rica, onde caiu cerca de dois quintos. Colômbia, México, República Dominicana, Brasil e Paraguai também registraram quedas acima da média regional. As reduções foram mais modestas no Peru e no Equador, e no Chile e no Uruguai, onde a pobreza já era a mais baixa da região. A pobreza também caiu na Argentina, no Equador e no Uruguai, os três países da amostra onde havia aumentado durante o período 2017–25, embora apenas o declínio na Argentina tenha sido considerável. Por outro lado, apesar de uma redução no período 2017–25 em geral, a pobreza aumentou na Bolívia (em 2,4 p.p.) entre 2022 e 2025.

Figura B.2. A pobreza diminuiu em 14 dos 15 países da ALC entre circa 2022 e circa 2025

Variação da pobreza entre circa 2022 e circa 2025



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: Agregado da ALC baseado em 18 países da América Latina e do Caribe com microdados da SEDLAC disponíveis. Estas são estimativas harmonizadas do Banco Mundial e não correspondem aos números nacionais oficiais. Nos casos em que não havia dados disponíveis, os valores foram estimados por meio de microssimulações e, em seguida, agrupados para criar estimativas regionais. Sub-região andina: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru. Sub-região da América Central: Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá. Sub-região do Cone Sul: Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai. ECH = Pesquisa Domiciliar Contínua do Uruguai (sigla em espanhol); EPHC = Pesquisa Domiciliar Permanente Contínua do Paraguai (sigla em espanhol).

a. As séries do Paraguai e do Uruguai não são estritamente comparáveis entre 2017 e 2025. A pesquisa ECH do Uruguai tornou-se um painel rotativo em 2022; as estimativas do Paraguai para 2022 em diante são baseadas na EPHC revisada, que usa uma nova base de amostragem e fatores de expansão derivados do Censo Populacional de 2022, juntamente com uma avaliação revisada de transferências em espécie (*Hambre Cero*). Os agregados que dependem de totais expandidos, como a massa salarial e a população em idade ativa, não são comparáveis entre 2017 e anos posteriores. As alterações nas taxas e nos indicadores distributivos de 2017 a 2025 devem ser interpretadas com cautela.

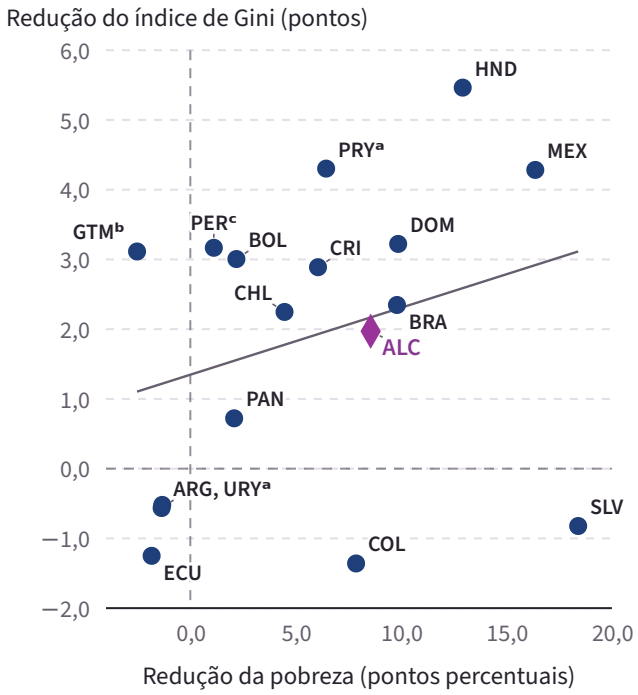
c. No Peru, a estimativa nacional oficial de pobreza é baseada no consumo; os resultados apresentados aqui são baseados na harmonização do CEDLAS e do Banco Mundial baseada na renda.

Apêndice C. Comparação da redução da pobreza e da desigualdade nos períodos de 2017–25 e 2022–25

Figura C.1. A pobreza e a desigualdade caíram juntas na maioria dos países em ambos os períodos

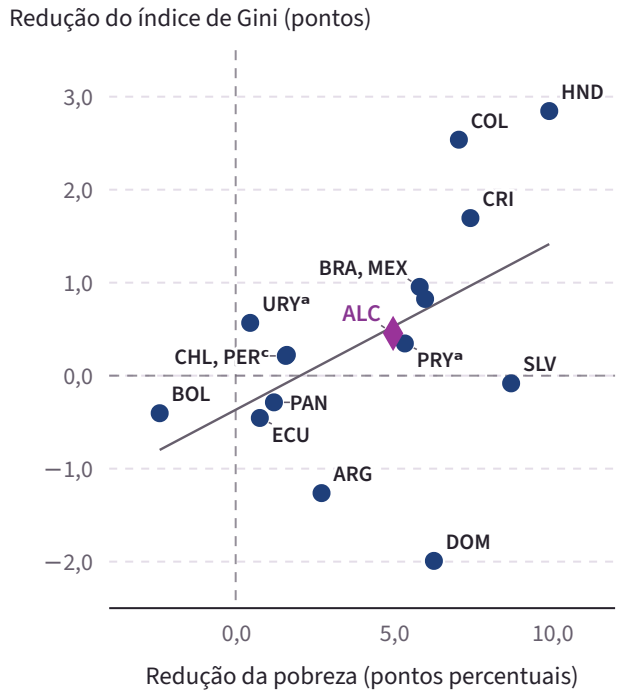
a. A pobreza e a desigualdade caíram juntas em 10 dos 16 países entre circa 2017 e circa 2025

Redução da pobreza e do índice de Gini, circa 2017–25



b. A pobreza e a desigualdade caíram juntas em 9 dos 15 países entre circa 2022 e circa 2025

Redução da pobreza e do índice de Gini, circa 2022–25



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: O agregado da ALC é baseado em 18 países da América Latina e do Caribe com microdados da SEDLAC disponíveis. Quando não há dados disponíveis, os valores são estimados usando microssimulações. A redução da pobreza equivale à taxa de pobreza inicial menos a taxa final, expressa em pontos percentuais, usando a linha internacional de pobreza de US$ 8,30 por pessoa por dia (PPC de 2021). A redução de Gini é igual ao índice de Gini inicial menos o índice final, expresso em pontos de Gini em uma escala de 0 a 100. Valores positivos indicam reduções; valores negativos indicam aumentos. Os painéis relatam variações cumulativas e não anualizadas circa 2017–25 e circa 2022–25, respectivamente. Os períodos e as escalas dos eixos diferem entre os painéis, portanto, as distâncias visuais não são diretamente comparáveis. PPC = paridade de poder de compra. ECH = Pesquisa Domiciliar Contínua do Uruguai (sigla em espanhol); EPHC = Pesquisa Domiciliar Permanente Contínua do Paraguai (sigla em espanhol).

a. As séries do Paraguai e do Uruguai têm limitações de comparabilidade em 2017–25 (os pesos da pesquisa EPHC do Paraguai foram revisados usando o Censo Populacional de 2022, e a pesquisa ECH do Uruguai adotou um painel rotativo em 2022).

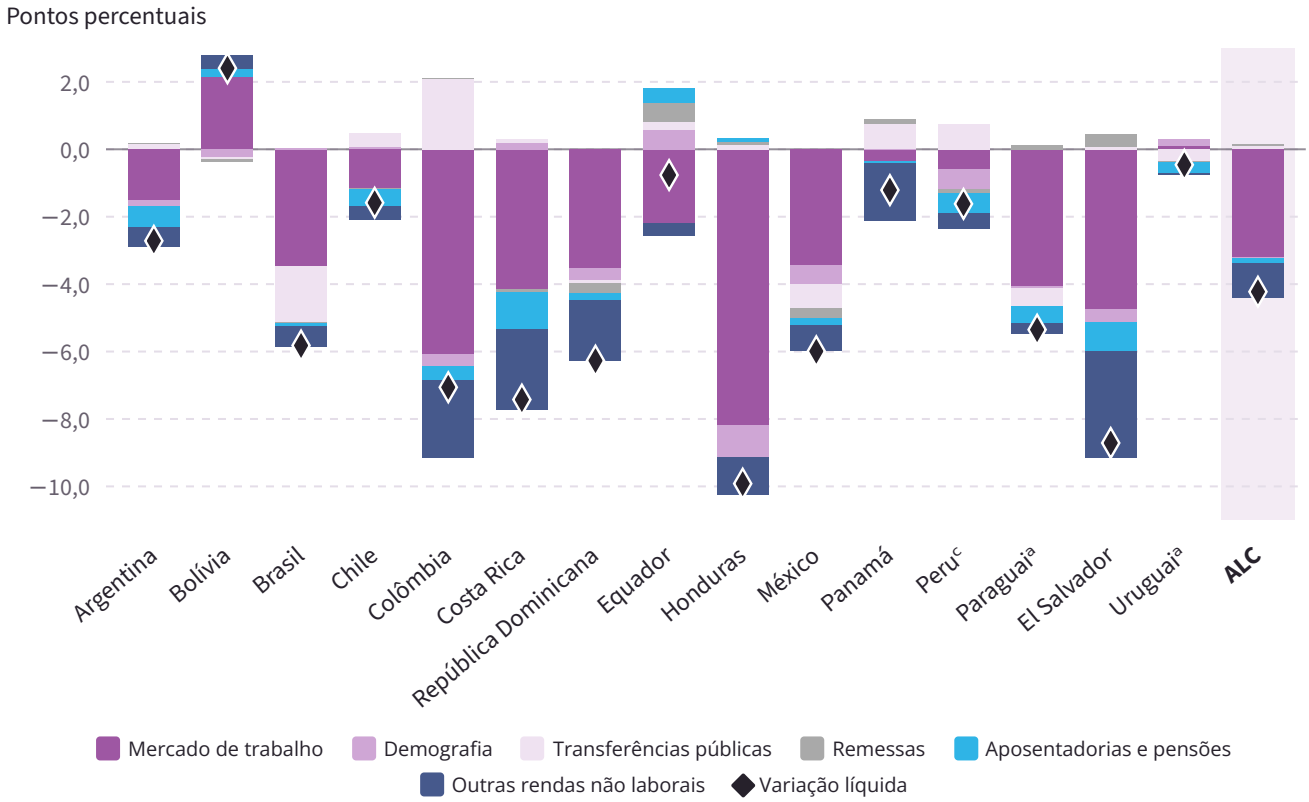
b. Para a Guatemala, a comparação utiliza 2014 como ano-base e 2023 como último ano, correspondendo às pesquisas mais recentes disponíveis na SEDLAC.

c. No Peru, a estimativa nacional oficial de pobreza é baseada no consumo; os resultados apresentados aqui são baseados na harmonização do CEDLAS e do Banco Mundial baseada na renda.

Apêndice D. Fatores determinantes da mudança da pobreza por país, 2022–2025

Figura D.1. Os ganhos do mercado de trabalho impulsionaram a redução da pobreza na maioria dos países após 2022

Determinantes das mudanças na pobreza, países e ALC, circa 2022–25



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: O agregado da ALC é baseado em 16 países da América Latina e do Caribe com microdados disponíveis; Nicarágua e Haiti não estão incluídos. A Nicarágua está excluída porque sua pesquisa domiciliar mais recente é de 2014. As estimativas para anos posteriores são baseadas em um modelo preditivo e não são adequadas para decomposição. Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador e El Salvador (2022–25); Panamá e Honduras (2023–25); Chile, República Dominicana, México, Paraguai, Peru e Uruguai (2022–24). Os microdados para 2025 são preliminares. O termo "mercado de trabalho" inclui a renda do trabalho e a parcela de pessoas empregadas, e "Outras rendas não laborais" inclui renda de capital, aluguéis, transferências internas monetárias e não monetárias, aluguel imputado e outras rendas não classificáveis não laborais. ECH = Pesquisa Domiciliar Contínua do Uruguai (sigla em espanhol); EPHC = Pesquisa Domiciliar Permanente Contínua do Paraguai (sigla em espanhol).

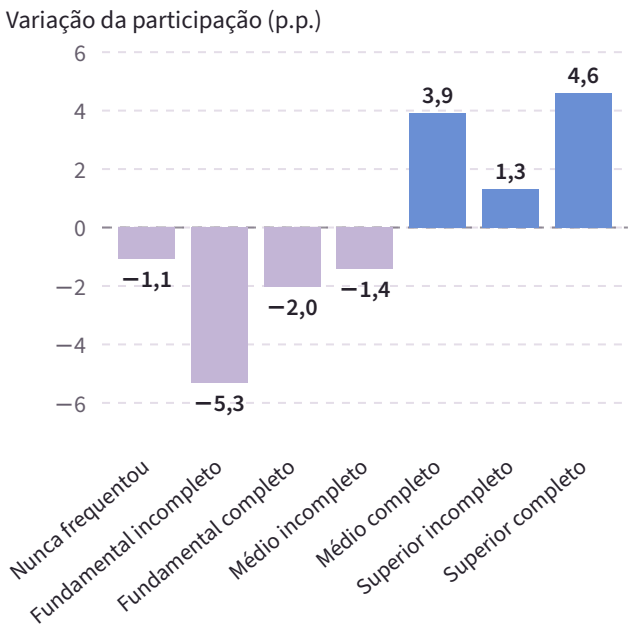
a. As séries do Paraguai e do Uruguai não são estritamente comparáveis entre 2017 e 2025. A pesquisa ECH do Uruguai tornou-se um painel rotativo em 2022; as estimativas do Paraguai para 2022 em diante são baseadas na EPHC revisada, que usa uma nova base de amostragem e fatores de expansão derivados do Censo Populacional de 2022, juntamente com uma avaliação revisada de transferências em espécie (*Hambre Cero*). Os agregados que dependem de totais expandidos, como a massa salarial e a população em idade ativa, não são comparáveis entre 2017 e anos posteriores. As alterações nas taxas e nos indicadores distributivos de 2017 a 2025 devem ser interpretadas com cautela.

c. No Peru, a estimativa nacional oficial de pobreza é baseada no consumo; os resultados apresentados aqui são baseados na harmonização do CEDLAS e do Banco Mundial baseada na renda.

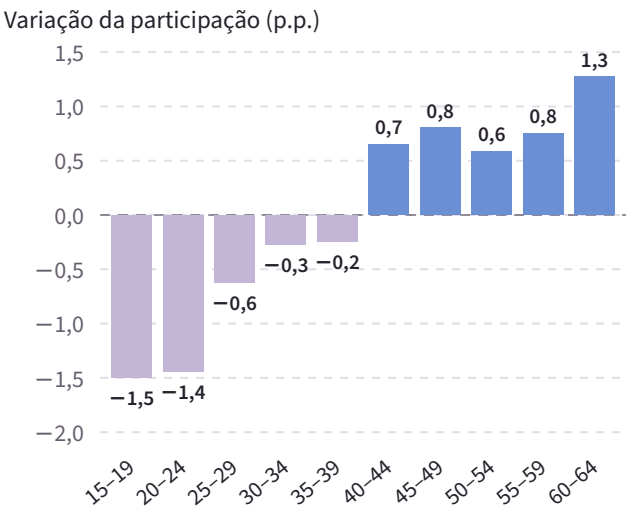
Apêndice E. Aperfeiçoamento educacional e transição demográfica, 2017–2025

Figura E.1. A população da ALC tornou-se mais instruída e mais velha, um impulso para o crescimento da renda

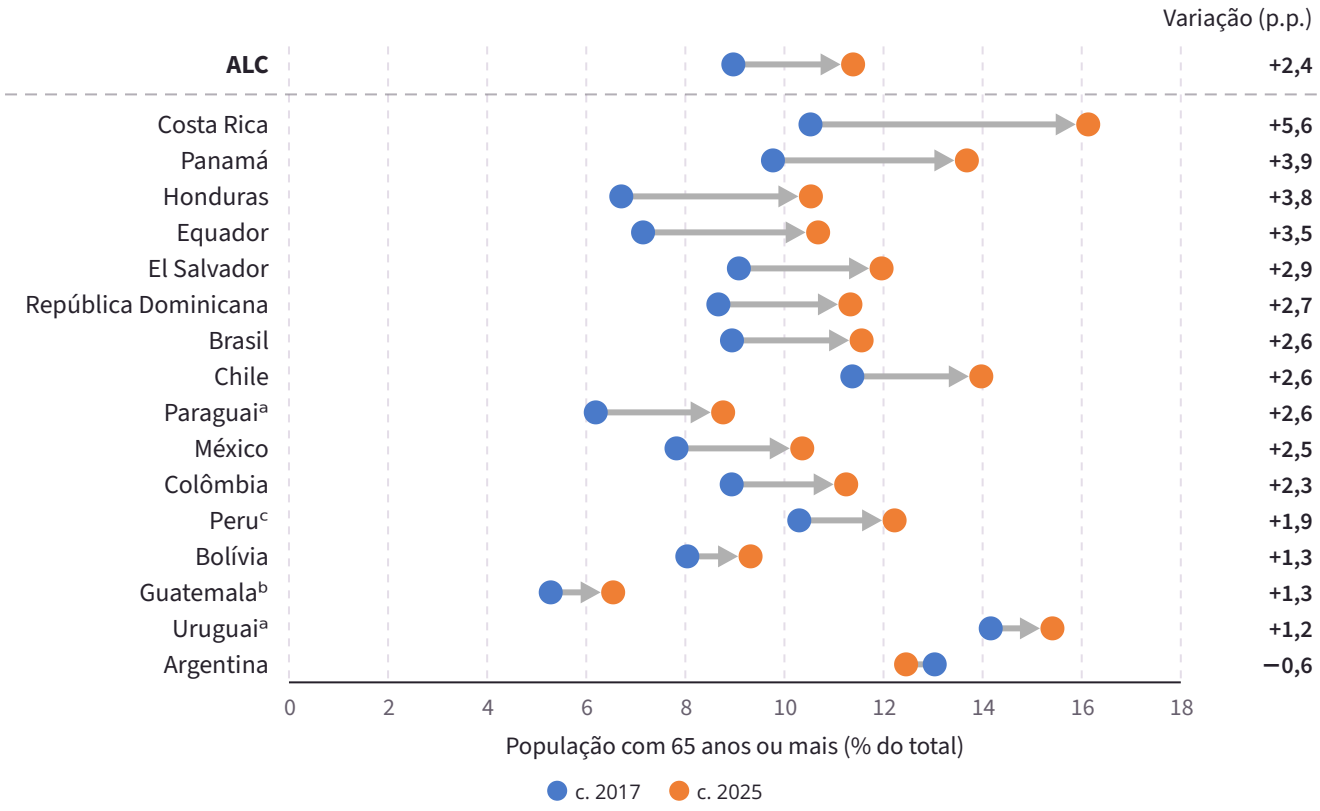
a. Aperfeiçoamento educacional na ALC, circa 2017–2025



b. Transição demográfica na ALC, circa 2017–2025



c. Mudança na parcela da população com 65 anos ou mais nos países da ALC, circa 2017–2025



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: Dados para pessoas de 15 a 64 anos. A ALC é um agregado ponderado da população de países com microdados disponíveis (consulte o apêndice G).

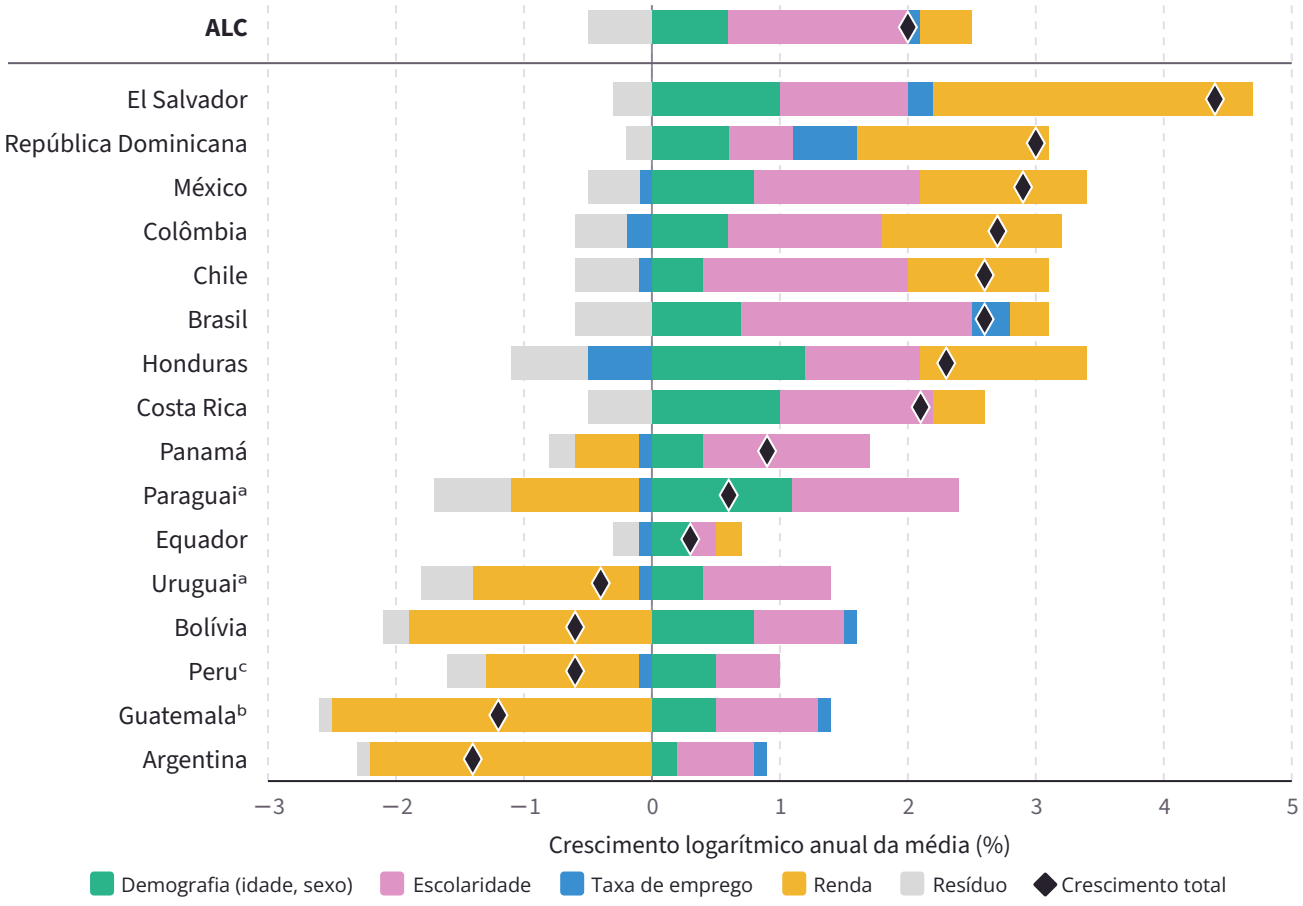
a. As séries do Paraguai e do Uruguai não são estritamente comparáveis entre 2017 e 2025. A pesquisa ECH do Uruguai tornou-se um painel rotativo em 2022; as estimativas do Paraguai refletem, em parte, a reponderação ocorrida em 2022 na EPHC revisada, que usa uma nova base de amostragem e fatores de expansão derivados do Censo Populacional de 2022, juntamente com uma avaliação revisada das transferências em espécie (*Hambre Cero*).

b. Os dados para a Guatemala usam 2014 como ano-base e 2023 como último ano, as duas pesquisas mais recentes disponíveis na SEDLAC.

c. No Peru, a estimativa nacional oficial de pobreza é baseada no consumo; os resultados apresentados aqui são baseados na harmonização do CEDLAS e do Banco Mundial baseada na renda.

Apêndice F. Contribuições para o crescimento da renda per capita média das famílias por país

Figura F.1. Decomposição do crescimento da renda familiar: efeitos de composição (demografia, educação) versus ganhos de renda dentro dos grupos, região da ALC e países da ALC, circa 2017–2025.



Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: Microssimulação seguindo Bourguignon et al. (2005) e Bourguignon et al. (2008). Cada componente mede a mudança na renda per capita familiar média em um cenário contrafactual que altera apenas esse fator para seu valor no outro ano e mantém todos os outros fatores constantes. Os fatores são a proporção idade-sexo (Demografia), a proporção por nível de escolaridade dentro dos grupos idade-sexo (Escolaridade), as taxas de emprego e a renda do trabalho dentro dos grupos idade-sexo-educação. A renda per capita domiciliar é medida em dólares americanos mensais considerando PPC de 2021. PPC = paridade de poder de compra.

A média da ALC para a América Latina e o Caribe é uma média ponderada da população das médias nacionais. O crescimento na média da ALC, portanto, reflete o crescimento das médias nacionais e as mudanças na participação da população dos países, que entram no resíduo. A ALC é um agregado ponderado da população de países com microdados disponíveis (consulte o apêndice G).

a. As séries do Paraguai e do Uruguai não são estritamente comparáveis entre 2017 e 2025. A pesquisa ECH do Uruguai tornou-se um painel rotativo em 2022; as estimativas do Paraguai para 2022 em diante são baseadas na EPHC revisada, que usa uma nova base de amostragem e fatores de expansão derivados do Censo Populacional de 2022, juntamente com uma avaliação revisada de transferências em espécie (*Hambre Cero*).

b. Os dados para a Guatemala usam 2014 como ano-base e 2023 como último ano, as duas pesquisas mais recentes disponíveis na SEDLAC.

c. No Peru, a estimativa nacional oficial de pobreza é baseada no consumo; os resultados apresentados aqui são baseados na harmonização do CEDLAS e do Banco Mundial baseada na renda.

Apêndice G. Disponibilidade de dados sobre o país na SEDLAC

Tabela G.1. Anos de referência para períodos aproximados

País	Circa 2017	Circa 2022	Circa 2025	Cobertura	No agregado da ALC	Comentário
Argentina	2017	2022	2025	População urbana	Sim	
Bolívia	2017	2022	2025	Nacional	Sim	
Brasil	2017	2022	2025	Nacional	Sim	
Chile	2017	2022	2024	Nacional	Sim	
Colômbia	2017	2022	2025	Nacional	Sim	
Costa Rica	2017	2022	2025	Nacional	Sim	
República Dominicana	2017	2022	2024	Nacional	Sim	
El Salvador	2017	2022	2025	Nacional	Sim	
Equador	2017	2022	2025	Nacional	Sim	
Guatemala	2014		2023	Nacional	Não	Apenas as pesquisas de 2014 e 2023 estão disponíveis.
Honduras	2017	2023	2025	Nacional	Sim	
México	2016	2022	2024	Nacional	Sim	
Panamá	2017	2023	2025	Nacional	Sim	
Paraguai	2017	2022	2024	Nacional	Sim	A pesquisa EPHC foi introduzida em 2017 junto com a pesquisa EPH. Uma quebra na comparabilidade ocorre em 2022 devido à transição para estimativas anuais da EPHC e pesos revisados.
Peru	2017	2022	2024	Nacional	Sim	
Uruguai	2017	2022	2024	Nacional	Sim	A pesquisa ECH tornou-se um painel rotativo em 2022.

Fonte: SEDLAC (CEDLAS e Banco Mundial).

Observação: ECH = *Encuesta Continua de Hogares* (Pesquisa Domiciliar Contínua, Uruguai); EPHC = *Encuesta Permanente de Hogares Continua* (Pesquisa Domiciliar Permanente Contínua, Paraguai); ALC = América Latina e Caribe.

Referências

Aguilar-Gomez, Sandra, Jacobus De Hoop, Hugo Ñopo, Julian Pedrazzi, e Javier Romero. A ser publicado. "Women Lead the Way: A New Era of Poverty Reduction in Latin America and the Caribbean".

Banco Mundial. 2021. Regional Poverty and Inequality Report: The Gradual Rise and Rapid Decline of the Middle Class in Latin America and the Caribbean (May 2021). World Bank Group.

Banco Mundial. 2024. Regional Poverty and Inequality Update Latin America and the Caribbean (October 2024). World Bank Group.

Banco Mundial. 2025. Regional Poverty and Inequality Update: Latin America and the Caribbean. World Bank.

Banco Mundial. 2026a. Harnessing the AI Transition. Latin America and the Caribbean Economic Update (October 2026). World Bank.

Banco Mundial. 2026b. Poverty, Prosperity, and the Planet Report 2026: Jobs at the Center of Poverty Eradication. World Bank Group.

Banco Mundial. 2026c. World Bank Open Data [Online]. Disponível em: https://data.worldbank.org/country/el-salvador [acessado em 7 de outubro de 2026].

Bourguignon, François, Francisco H. G. Ferreira, e Nora Lustig, eds. 2005. "The Microeconomics of Income Distribution Dynamics in East Asia and Latin America". World Bank and Oxford University Press.

Bourguignon, François, Francisco H. G. Ferreira, e Philippe G. Leite. 2008. "Beyond Oaxaca–Blinder: Accounting for Differences in Household Income Distributions." *Journal of Economic Inequality* 6 (2): 117–48.

Deville, Jean-Claude, e Carl-Erik Särndal. 1992. "Calibration Estimators in Survey Sampling." *Journal of the American Statistical Association* 87 (418): 376–82.

DiNardo, John, Nicole M. Fortin, e Thomas Lemieux. 1996. "Labor Market Institutions and the Distribution of Wages, 1973–1992: A Semiparametric Approach." *Econometrica* 64 (5): 1001–44.

Hovhannisyan, Shoghik, Veronica Montalva, Tyler Remick, Carlos Rodriguez-Castelán, e Kersten Stamm. 2022. Global Job Quality: Evidence from Wage Employment across Developing Countries. Washington, D.C.: World Bank Group.

Shorrocks, Anthony F. 2013. "Decomposition Procedures for Distributional Analysis: A Unified Framework Based on the Shapley Value." *Journal of Economic Inequality* 11 (1): 99–126.